FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – RJ
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚLBICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

VALDEIR MARTINS DE FARIA

TÍTULO

DESENVOLVIMENTO LOCAL, CIDADANIA E REDES SOCIAIS

Um estudo em Minas Gerais

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO

FERNANDO GUILHERME TENÓRIO

RIO DE JANEIRO – RJ
2005

A Deus

Que me guia, me guarda e me fortalece.

OFEREÇO

Graças te dou meu Deus. Por tudo!

Ao meu pai, Josafá; a minha mãe, Maria;
e ao meu coração, Gabriela;
que foram, também, motivação e inspiração
para realização deste trabalho;
com imensa alegria e carinho

DEDICO

O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala;
nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe,
da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio,
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro
que se orgulha e estufa o peito,
dizendo que odeia política.
Não sabe o imbecil que,
da sua ignorância política,
Nasce a prostituta, o menor abandonado,
o assaltante, e o pior de todos os bandidos:
que é o político vigarista, pilantra, corrupto
e lacaio de interesses espúrios de grupos nacionais e multinacionais.
(adaptado do texto de Bertold Brecht)

“Amem a justiça,
vocês que governam a terra”
(Sabedoria 1, 1a)

Agradecimentos

Durante o período do mestrado, muitas pessoas contribuíram para o meu crescimento e o êxito do trabalho. Mesmo podendo ser injusto, me arrisco a agradecer àquelas que contribuíram, de forma mais direta, para a realização desta dissertação.

- A Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE) e ao Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa (CEFAP), na pessoa da professora Déborah Morais Zouain, pela oportunidade e por todo apoio prestado durante o período do mestrado;
- Ao meu orientador, professor Fernando Guilherme Tenório, pela orientação, paciência, confiança, pela oportunidade de participar de outros projetos e por me apresentar o *mundo da vida*;
- Aos membros da banca, professora Déborah Morais Zouain e professor Mozar José de Brito, pelos comentários e contribuições;
- A equipe do Programa de Estudos em Gestão Social (Carla, Carlos, Eduardo, Marília, Prof. Tenório, José Luís), pelas discussões e enorme contribuição na minha formação;
- Aos funcionários do CEFAP, na pessoa do Joarez; da secretaria da EBAPE, na pessoa da Cordélia; da copa, na pessoa da Silvan; da logística, na pessoa do Joaquim; e da biblioteca, na pessoa da Lígia; por todo o carinho e atenção que tiveram comigo durante os dois anos de mestrado;
- Aos companheiros do mestrado e doutorado pelos momentos compartilhados, experiências, conselhos, empréstimos de xérox, enfim, pela grata convivência e troca de experiências;
- Aos meus pais e irmãos que muito me ajudaram no início do mestrado;
- A Gabriela, pela inspiração, sugestões, conselhos, paciência e carinho incondicional;
- Enfim, a toda a sociedade que financiou meu mestrado, por meio da Capes, a quem me comprometo a agir com profissionalismo, ética e justiça.

Resumo

O objetivo desta dissertação foi verificar se as práticas de desenvolvimento local nos micromunicípios (população inferior a 20.000 habitantes) da microrregião de Lavras (MG) têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento de redes sociais. O trabalho foi conduzido a partir de uma discussão teórica sobre desenvolvimento local, cidadania, desenvolvimento local com cidadania e redes sociais. Posteriormente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com uma amostra composta por 54 cidadãos de seis municípios da microrregião de Lavras em Minas Gerais. No tratamento dos dados foi utilizada a análise de discurso. Como resultados, considerando o fortalecimento e a formação de redes sociais, pode-se dizer: quanto ao fortalecimento, que não há possibilidade, pois as redes sociais estruturadas, como entendemos, não existem ou são muito embrionárias ainda, predominando, nos municípios estudados, a estrutura piramidal. E no caso de formação, destaca-se que há mais aspectos negativos do que positivos para o desenvolvimento destas redes, porém algumas iniciativas apontam para a possibilidade de criação. Assim, conclui-se que as práticas de desenvolvimento local contribuem, ainda, de forma muito incipiente e limitada para a formação de redes sociais nos municípios estudados. Incipiente porque as iniciativas identificadas que apontam para a criação são recentes e ainda em estágio de estruturação; e limitada, pois há muitos aspectos negativos que dificultam a construção.

Abstract

The objective of this essay was to verify if the practices of local development in these small towns (population under 20.000 inhabitants) of Lavra's small region have contributed to the formation and/or strengthening of social network. The work was conducted from a theoretical discussion about local development, citizenship, local development with citizenship and social network. Afterward interviews were made semi-structured with a sample formed of 54 citizens of six towns of Lavra's small region in Minas Gerais. The speech analysis was used in the treatment of the dates. As results, considering the strengthening and formation of social network, it is possible to say: about the strengthening, that there is not a possibility, because the social networks structured as we understand it, do not exist or are still to embryonic, prevailing, in the formation towns, the pyramidal structure. And about the formation, it is notable that there are more negative aspects than positive to the development of these networks, however some initiative point out to the possibilities of creation. Therefore, we can conclude that the practice of local development contribute, still, in a very incipient and limited manner to the formation of social networks in the state's town. Incipient because the identified initiatives that points towards the creation are recent and are still in a structure stage; and limited because there are too many negative aspects that make the construction difficult.

SUMÁRIO

Lista de siglas 09
Lista de figuras 11
Lista de tabelas 12

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 Objetivos 14
1.2 Relevância 15

2 REDES SOCIAIS 17
2.1 Rede Pintadas: um belo exemplo 23

3 METODOLOGIA 27
3.1 Tipo de pesquisa 27
3.2 Universo e amostra 27
3.3 Coleta de dados 28
3.4 Tratamento dos dados 31
3.5 Limitações do método 32

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA 34
4.1 A mesorregião Sul de Minas 34
4.2 A microrregião de Lavras e os municípios estudados 35

5 TECENDO A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 38
5.1 Município A 38
5.2 Município B 45
5.3 Município C 50
5.4 Município D 53
5.5 Município E 58
5.6 Município F 62

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS 72

APÊNDICE

I – CIDADANIA

II – DESENVOLVIMENTO LOCAL

III – DESENVOLVIMENTO LOCAL COM CIDADANIA

BIBLIOGRAFIA 73

ANEXOS 87

Anexo A: Informações sobre o município de Ijaci 87

Anexo B: Informações sobre o município de Ingaí 92

Anexo C: Informações sobre o município de Itumirim 97

Anexo D: Informações sobre o município de Itutinga 102

Anexo E: Informações sobre o município de Luminárias 108

Anexo F: Informações sobre o município de Ribeirão Vermelho 112

Lista de siglas

Alago: Associação dos Municípios do Lago de Furnas;
AMP: Associação de Mulheres de Pintadas;
Apae: Associação de Pais e Amigos do Excepcional;
Asa: Associação dos Apicultores;
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
CCSP: Centro Comunitário de Serviços de Pintadas;
Cemig: Companhia Energética de Minas Gerais;
Cese: Coordenadoria Ecumênica de Serviços;
Cooap: Cooperativa Agroindustrial de Pintadas;
CPC: Conselho Pastoral das Comunidades;
Cpdoc: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;
CPJ: Conselho Pastoral de Jovens;
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce;
DL: Desenvolvimento Local;
Eaesp: Escala de Administração de Empresas de São Paulo;
Ebape: Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas;
EFA: Escola Família Agrícola;
Emater: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais;
FGV: Fundação Getulio Vargas;
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
PDGS: Programa de desenvolvimento e Gestão Social;
Pegs: Programa de Estudos em Gestão Social;
Premater: Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural;
Procap: Projeto de Criação de Caprinos e Ovinos de Pintadas;
Prodemur: Programa de Desenvolvimento Municipal Urbano e Rural;
Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PSF: Programa Saúde da Família;
Radcom: Rádio Comunitária de Pintadas;
RPP: Representante do Poder Público;
RSCO: Representante da Sociedade Civil Organizada;
Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
Sicoob: Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas;

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Sudene: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

Sus: Sistema Único de Saúde;

UFBA: Universidade Federal da Bahia;

Unijuí: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.

Lista de figuras

FIGURA 1 - Analogia entre os dois sistemas de redes (espontâneas e sociais) tendo como eixo a sustentabilidade 22

FIGURA 2 – Rede Pintadas 26

FIGURA 3 – Construção teórica da pesquisa 32

FIGURA 4 - A dinâmica das entrevistas 34

FIGURA 5 – Aspectos positivos e negativos da variável ‘redes sociais’ usados como fios condutores da análise das entrevistas 36

FIGURA 6 – Mesoregiões do Estado de Minas Gerais, segundo o IBGE 37

FIGURA 7 – Municípios da microrregião de Lavras, em Minas Gerais 39

FIGURA 8 - Síntese da análise do município A 47

FIGURA 9 - Síntese da análise do município B 52

FIGURA 10 - Síntese da análise do município C 56

FIGURA 11 – Vista parcial da fábrica de cimento do Grupo Camargo Corrêa no município C (MG) 57

FIGURA 12 – Vista parcial da fábrica de cimento do Grupo Camargo Corrêa e ao fundo o município C (MG) 58

FIGURA 13 - Síntese da análise do município D 61

FIGURA 14 - Síntese da análise do município E 65

FIGURA 15 - Síntese da análise do município F 70

FIGURA 16 - Aspectos positivos e negativos da variável ‘redes sociais’ que sobressaem nos conjunto de municípios analisados 71

Lista de tabelas

TABELA 1 - Distribuição dos Municípios brasileiros por porte populacional e população 15

TABELA 2 - Diferenças entre estrutura em Pirâmide e estrutura em Rede 18

TABELA 3 - Noções associadas aos conceitos de rede 20

TABELA 4 - Quantidade, origem e atividade dos entrevistados 31

TABELA 5 - Área (Km^2) e habitantes dos municípios pertencentes à microrregião de Lavras – MG 40

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento. Muito se tem falado, escrito, publicado, discutido, refletido, sonhado sobre esse tema. Entretanto nos parece um desafio persistente para governantes, administradores públicos, economistas, pesquisadores levar nosso país a patamares superiores. Apesar de o Brasil ter crescido muito, materialmente, nas últimas décadas, não se desenvolveu humana, cultural e socialmente, da mesma forma. Para Ávila (1999), esse crescimento, com desenvolvimento deficiente, está relacionado à incapacidade e ao desinteresse dos governos em interagir com o povo, no sentido de criar e dinamizar canais de liderança, mobilização e equilíbrio social.

Cidadania. Assim como o desenvolvimento, muito se tem questionado sobre o tema. Os números mostram que estamos, de modo geral, melhorando. Porém, o gozo dos direitos civis, políticos e sociais pelo cidadão, ou mesmo o desempenho de seus deveres para com o Estado, ainda se mostram muito distantes de um ideal. Considerando, ainda, a desigualdade crescente e a democracia precária, o caminho para a transformação desse conceito, em prática, parece longo.

O trabalho que ora se apresenta busca discutir esses temas sob uma perspectiva local e deliberativa. Local porque acredita-se no desenvolvimento centrado no território, onde os protagonistas são uma pluralidade de atores ocupando determinadas posições no espaço social e estabelecendo relações em função de metas e projetos comuns. E deliberativo no sentido de que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Na operacionalização do trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa teórica sobre os termos acima citados e identificaram-se diversos meios de participação que contribuem para um desenvolvimento local com cidadania. Considerando a amplitude dos conceitos abordados e os diversos mecanismos de participação identificados, optou-se por focalizar a discussão em torno do tema “redes sociais”.

As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada,

otimizando a utilização dos recursos disponíveis, respeitando o saber e preservando a identidade de cada membro do grupo e a sua competência na gestão de recursos. Essas relações entre os atores sociais têm-se tornado determinantes para a que a dinâmica do desenvolvimento ocorra em uma região (Andion, 2003, Junqueira, 2000 e Santos, 2002). Este estudo focará a crescente responsabilidade da sociedade civil no processo de desenvolvimento, o que tem provocado uma necessidade cada vez maior de interação entre sociedade, governo e mercado[1].

Neste contexto, discutindo desenvolvimento local e redes sociais e tendo como referência básica o conceito de cidadania deliberativa, surge a seguinte questão, a qual esse trabalho pretende responder: as práticas de desenvolvimento local em micromunicípios (população inferior a 20.000 habitantes) têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento das redes sociais?

Para responder essa questão, lembrando que este trabalho faz parte de um projeto maior, como relatado na apresentação, foi selecionada uma microrregião em Minas Gerais, mais especificamente a microrregião de Lavras. Anteriormente à pesquisa de campo, foi realizada uma discussão conjunta com os membros do Programa de Estudo em Gestão Social (Pegs) sobre desenvolvimento, cidadania e desenvolvimento local com cidadania que está apresentada no apêndice; e uma revisão sobre redes sociais, que é apresentada no capítulo dois dessa dissertação. No capítulo três é apresentada toda a metodologia da pesquisa; no capítulo quatro está a caracterização da região estudada; no cinco a apresentação da análise das entrevistas e, finalmente, no capítulo seis, são feitas as considerações finais.

1.1 Objetivos

Objetivo final

Verificar se as práticas de desenvolvimento local nos micromunicípios (população inferior a 20.000 habitantes) da microrregião de Lavras (MG) têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento de redes sociais.

[1] Ressalto que este trabalho tem como foco apenas a interação entre a sociedade civil e o governo municipal.

Objetivos intermediários

- Demarcar as potencialidades institucionais de cada município a ser estudado;
- Identificar os principais programas e/ou projetos voltados para o desenvolvimento local nos municípios estudados;
- Analisar a relação entre poder público municipal e as organizações da sociedade civil em cada município pesquisado.

1.2 Relevância

Cerca de 73% dos municípios brasileiros têm população até 20 mil habitantes (tab. 1), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa mais de quatro mil municípios, com características bem específicas. Apesar dos números despertarem atenção, esses locais tem sido muito pouco estudados, o que valoriza esta pesquisa.

TABELA 01: Distribuição dos Municípios brasileiros por porte populacional e população.

Faixas populacionais (mil habitantes)	Nº de municípios	% de municípios	População	% da população
1 a 10	2.642	47,97	13.870.192	8,18
10 a 20	1.380	25,06	19.623.425	11,57
20 a 30	565	10,26	13.819.296	8,15
30 a 40	262	4,76	9.018.532	5,32
40 a 50	131	2,38	5.793.930	3,42
50 a 60	91	1,65	4.949.082	2,92
60 a 70	80	1,45	5.153.104	3,04
70 a 80	60	1,09	4.491.554	2,65
80 a 90	37	0,67	3.128.804	1,84
90 a 100	35	0,65	3.281.537	1,94
100 a 150	76	1,38	9.166.214	5,41
Acima de 150	148	2,69	77.248.773	45,56
TOTAL	**5.507**	**100,0**	**169.544.443**	**100,00**

Fonte: Censo de 2000/IBGE.

Além disso, este trabalho tem uma relevância teórica e uma prática bem definida. Como relevância teórica esta pesquisa contribuirá para a discussão acadêmica em várias

instituições, visto que este projeto está vinculado ao Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getulio Vargas (FGV), e este por sua vez mantêm relações próximas com outros programas de pós-graduação no exterior e no Brasil como: Programa Gestão Pública e Cidadania da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da FGV; Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da FGV; Programa de Desenvolvimento Local e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Curso de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); Programa de Pós-graduação em Administração (mestrado e doutorado), principalmente, na linha de pesquisa em Gestão Social e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); e Escola de Governo da Universidade do Chile.

Como relevância prática têm-se a realização de um fórum de discussão na região estudada, onde serão apresentados aos entrevistados, instituições e a toda a comunidade, os resultados da pesquisa. O objetivo deste encontro é aproximar pesquisadores, representantes do poder público (gestores locais) e sociedade, procurando promover o dinamismo territorial. Este seminário será um espaço de discussão e diálogo onde apontamentos para a formulação de políticas públicas, que tenham como foco a participação popular e as relações institucionais, poderão ser definidos.

2 REDES SOCIAIS

> "A vida não vingou no planeta através do combate, mas através da parceria, do compartilhamento e do trabalho em rede".
> Fritjof Capra

Este capítulo propõe um aprofundamento da discussão do conceito de rede, apresentado no capítulo III do apêndice, mais especificamente no que diz respeito a redes sociais. Posteriormente, é apresentado um exemplo bem sucedido e premiado de redes sociais em micro-município.

O crescente movimento no sentido de uma maior democratização e participação; a dificuldade em enfrentar ambientes de incerteza; as turbulências da política econômica; a globalização; a crise do Estado do bem-estar social e do Estado desenvolvimentista; e a tendência de se realizar parcerias no século XXI, foram alguns dos aspectos que contribuíram para a formação de um novo padrão de articulações entre organizações, as redes (Passador, 2003 e Loiola e Moura, 1996).

Segundo o dicionário Aurélio o termo rede deriva do latim *rete*, que significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Há dois elementos que devem ser destacados em uma rede: o nó, que seria o ator, e os seus respectivos entrelaçamentos, que seriam as relações entre os atores. Elizabeth Loiola e Suzana Moura destacam como aspectos básicos de uma rede a igualdade e a complementaridade.

> "Cada nó do tecido é estratégico, é fundamental para o todo, mas eles só formam o tecido quando interligados entre si pelas linhas. Não há, portanto, diferença nem entre os "nós", nem entre as linhas. Além disso, como encarnam em si as idéias de origem e de destino, os "nós" limitam e, ao mesmo tempo, são pontos a partir dos quais a rede se expande. A transformação da rede dá-se, apenas, pela expansão. Por isso, não há, também, diferenças hierárquicas entre linhas e nós. Só há diferenças de função entre eles – ligação e sustentação, respectivamente – para formar o tecido" (Loiola e Moura, 1996:54)

As redes possuem características que favorecem trabalhos cooperativos, participativos e democráticos, o que contrapõe a uma estrutura piramidal, organizada de forma rígida e hierarquizada, com fluxo de decisão de cima para baixo, onde as informações são fontes

de poder, e a disciplina e o comando são fatores indispensáveis para a realização dos objetivos definidos (Comini *et al*, 2004). Para Francisco Whitaker em uma estrutura piramidal, como o próprio nome indica, as pessoas e/ou entidades se organizam em níveis hierárquicos, que se sobrepõem, diminuindo o número de integrantes de cada nível comparado ao anterior, até chegar ao topo, no qual se pode encontrar apenas um integrante, o "chefe". Com a influência da cultura e dos modos de agir dominantes esta estrutura é mais usual. Já em uma estrutura em rede os integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que o cercam. O resultado dessas relações é uma malha, tecido, onde os fios de espalham de forma indefinida, onde não há nós principais ou centrais, não existindo assim, a figura do "chefe" tal como na estrutura em pirâmide (Whitaker, 1993). O autor destaca, de acordo com variáveis pré-definadas, algumas diferenças entre as duas estruturas (tab. 2).

TABELA 02: Diferenças entre estrutura em Pirâmide e estrutura em Rede.

Variável	Estrutura em Pirâmide	Estrutura em Rede
Concentração e desconcentração	Poder concentrado nos níveis superiores.	Desconcentrado. Não há dirigentes nem dirigidos. Todos tem o mesmo poder de decisão.
Informação e poder	Informação é poder. Como o poder é concentrado consequentemente a informação também.	Como o poder é desconcentrado, há livre circulação de informação.
Disciplina e comando	Realização dos objetivos dependem da ação disciplinada de todos. Comandos superiores comandam e controlam ação dos inferiores.	Depende menos da disciplina e mais da corresponsabilidade e da capacidade de iniciativa de cada um.
Representação e delegação de poder	Se baseia na possibilidade de representação. Delega-se o poder, e com ele parte da responsabilidade, de baixo para cima. O mesmo pode acontecer de cima para baixo.	Não existe representação. Cada membro é autônomo na sua ação, mas responsável pelos seus efeitos. Se há delegação de poder pelo grupo não se estabelece níveis, mas sim responsabilidades diferentes.
Democracia	O caráter mais ou menos democrático depende do modo como são escolhidos seus dirigentes: por designação de cima para baixo ou eleição de baixo para cima.	Medida pela sua abertura à entrada de novos membros.

Fonte: Adaptado de Whitaker (1993:53)

Para Manuel Castells rede é um conjunto de nós interconectados, é uma estrutura aberta capaz de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de

comunicação (Castells, 1999). Esses nós podem ser pessoas, grupos ou outras unidades, e as ligações podem ser simétricas ou assimétricas. O fato de cada indivíduo ter ligações com diversos outros; e cada um dos quais, por sua vez, está ligado a outros indivíduos, e assim por diante, é o que é enfatizado pelo conceito de rede (Barbosa *et al*, 2000 e Whitaker, 1993).

Baseado em dez diferentes mecanismos de coordenação[2] e em mais duas dimensões, formalização e centralização, Anna Gradori e G. Soda *apud* Baldi e Lopes (2002) criaram uma tipologia com três tipos de redes:

- Redes sociais: envolvem relações puramente sociais, não sendo amarradas através de acordos formais de nenhum tipo;
- Redes burocráticas: Caracterizam-se pela formalização de laços, os quais não são necessariamente completos em todas as relações;
- Redes de propriedade: são aquelas que empregam sistemas de incentivos para sustentar a cooperação, principalmente em casos onde incerteza e oportunismo são particularmente relevantes.

As redes podem ser, também, de diferentes tamanhos, desde uma equipe que trabalhe em rede até uma rede de bairro ou de sala de aula, ou até uma rede internacional. Pode existir dentro de uma determinada rede uma sub rede ou, simplesmente, redes de redes. A participação dos membros (nós) de uma rede em uma ação coletiva pode se dar livre e consciente, todos agindo como sujeitos, formando redes sociais; porém, pode ser, também, manipulada e controlada, em que os que executam se sentem sujeitos mas de fato não o são; ou imposta, em que os executores agem como objetos de uma decisão superior (Whitaker, 1993).

Loiola e Moura (1996) definem quatro campos (interpessoal, movimentos sociais, Estado/políticas públicas e produção/circulação) e destacam os atores em cada campo e as características (tab. 3). No campo interpessoal as redes surgem, de forma informal e natural, por meio de interações a partir de interesses compartilhados por familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho.

[2] São eles: Comunicação, decisão e negociação; coordenação social e controle; integração e *linking-pin* e uso de unidades de coordenação; *staff* comum; relações hierárquicas e de autoridade; planejamento e sistemas de controle; sistemas de incentivos; sistemas de informações; infraestrutura e apoio público (Estado); e sistemas de seleção.

TABELA 03: Noções associadas aos conceitos de rede.

	Campo Interpessoal	Campo Movimentos sociais	Campo Estado/políticas públicas	Campo Produção/Circulação
ATORES	Só indivíduos	ONGs, organizações populares, grupos, atores políticos, associações profissionais, sindicatos, etc.	Agências governamentais, governos locais, e outros níveis.	Agentes econômicos: produtores, fornecedores, usuários, etc.
		Pluralidade/ diversidade de atores	Idem	Arranjos parceiros
CARACTERÍSTICAS	Informalidade	Informalidade/pouca formalidade	Formalidade/ Informalidade	Idem
	Interesses e valores comuns	Interesses e projetos políticos/culturais coletivos	Problemas, ações, projetos concretos e gestão de processos complexos	Interesses e projetos precisos
	Troca/ajuda mútua	Mobilização de recursos/intercâmbio	Associação de recursos/intercâmbio	Troca, associação de recursos, intercâmbio, aprendizado
	Confiança/ Cumplicidade	Solidariedade/ cooperação/conflito	Cooperação/ reconhecimento de competências/ respeito mútuo/ conflito	Reciprocidade/ cooperação/confiança/ competição
	Interações horizontais	Idem	Centro animador, operador catalisador / hierarquia/ não-hierarquia	Empresa focal, liderança/hierarquia/ não-hierarquia
	Mudanças/flutuações	Idem	Efêmero/grupo definido	Flexibilidade/longo prazo
	Engajamento voluntário	Idem	Adesão por competência/interesse	Adesão por competência/ Contingência
	Racionalidade comunicativa	Idem	Racionalidade instrumental/ comunicativa	Idem

Fonte: Loiola e Moura (1996:59)

No campo dos movimentos sociais as redes correspondem por interações entre indivíduos representantes, grupos e organizações como ONGs, sindicatos, cooperativas, associações. Na maioria das vezes, essas redes surgem como forma de mobilizar recursos e aumentar a força política nas negociações de interesse comum. Porém é necessário cuidado, autores

como Marco Aurélio Nogueira ressaltam que as ações da sociedade civil não podem estar desvinculadas do Estado. Pois do contrario corre-se o risco de "se ampliar o fosso entre *sociedade civil* e *sociedade política*, entre Estado e indivíduos organizados, fosso que passará a comprometer simultaneamente a organização/seleção da demanda social e a qualificação das respostas governamentais" (Nogueira, 1998:223)

No campo Estado/políticas públicas as redes surgem da interação entre órgãos do próprio governo e/ou destes com organizações privadas e/ou movimentos sociais. Essas relações, sendo bem estabelecidas, formam uma rede local de discussão, aproximando atores do governo e da sociedade, em torno das ações públicas, constituindo assim, espaços públicos de negociação e participação da cidadania na gestão local. O "trabalho em rede (...) significa uma profunda redefinição das políticas sociais, uma recomposição do papel do Estado e das coletividades" (Maurel *apud* Loiola e Moura, 1996:57). Já no campo da produção/circulação as redes surgem da organização intermediária entre firma e mercado, denominadas por pesquisadores como, por exemplo, redes de inovadores, redes sistêmicas e redes estratégicas.

Vivianne Amaral associa redes a dinâmica da vida, para a autora as redes são inerentes às atividades humanas. Analisando o cotidiano, com foco nas rotinas, percebe-se o surgimento de um conjunto de redes. As relações acontecem todo o dia seja na faculdade, nas compras, no trabalhos, enfim, todas as relações dão origem a redes. Amaral classifica essas redes que derivam da sociabilidade humana como redes espontâneas. O que diferencia as redes sociais das redes espontâneas é a intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns consciente, compartilhados, explicitados. Amaral ressalta que a forma de operar das redes sociais e espontâneas é semelhante aos princípios que regem os sistemas vivos. Desta forma, um passo importante para entender as dinâmicas próprias do trabalho em rede é conhecer os sistemas vivos (fig. 1), entender como a vida se sustenta e se autoproduz (Amaral, 2004).

Carolina Andion e Boaventura de Souza Santos ressaltam que as organizações da sociedade passaram a não ser mais vistas como objeto das intervenções, mas como sujeitas ativas do processo de transformação da realidade em que vivem. Essa nova perspectiva propõe ênfase na participação da sociedade civil, num desenvolvimento de baixo para cima (Andion, 2003 e Santos, 2002). Com essa coletivização da responsabilidade, o

desenvolvimento se transforma em processo político, "envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir da articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (estado, mercado e sociedade civil organizada)" (Andion, 2003:1046)

FIGURA 01: Analogia entre os dois sistemas de redes (espontâneas e sociais) tendo como eixo a sustentabilidade.

Sistemas Vivos		
Redes espontâneas		**Redes sociais**
Organização em padrão de rede	→	Foco nas relações
Interdependência	→	Dependência mútua
Natureza cíclica dos processos	→	Reciclagem permanente de energia e materiais
Flexibilidade e diversidade	→	Estabilidade e mudança, ordem e liberdade, tradição e inovação
Cooperação e co-evolução	→	Parceria e evolução conjunta
Complexidade	→	Organização articulada em múltiplos níveis

Fonte: Adaptado de Amaral (2004)

Assim, uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto, altamente dinâmico, suscetível de inovação e sem ameaças ao seu equilíbrio (Castells, 1999 e Barbosa *et al*, 2000). Trata-se de iniciativas espontâneas (não induzidas pelo poder público) onde, a partir de uma convivência, há o ordenamento de ações em prol de um mesmo objetivo. Seus membros atuam de forma ativa e dinâmica, pois apesar de serem uma estrutura especializada são, também, flexíveis, pois vão se modificando à medida que for necessário (Costa, 2002).

Dependendo de onde se forma e atua, da cultura política dos membros e em especial da política dos facilitadores, cada rede tem uma configuração. Porém apesar dessas diferenças, pode-se identificar nas redes, de forma geral, as seguintes características: objetivos compartilhados e construídos coletivamente; múltiplos níveis de organização e ação; dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; reedição e circulação de informação; emponderamento dos participantes; desconcentração do poder; multi-iniciativas; composição multi-setorial; ambiente fértil para parcerias; evolução coletiva e individual para a complexidade (Amaral, 2004).

Neste contexto, o termo rede social, é "o campo, presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações constituídos ao longo do tempo" (Marques, 1999:46). A análise dessas redes sociais baseia-se no pressuposto da importância das relações entre unidades que interagem, isto é, relações definidas como ligações entre unidades, permitindo identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em determinada situação social e suas mudanças ao longo do tempo. Um pressuposto para essa análise é que o "social" é estruturado por várias dessas redes de relacionamento pessoal e institucional nas mais diversas formas (Barbosa *et al,* 2000 e Marques, 1999).

Apesar do potencial das redes sociais é importante estar consciente das dificuldades de incorporar as implicações da metáfora de rede no nível das organizações e da sociedade, pois, como destacam Najmanovich (1995) e Junqueira (2000), as pessoas continuam pensando como indivíduos isolados e não como parte das redes de interações: familiares, de amizade, de trabalho, recreativas.

2.1 Rede Pintadas[3]: um belo exemplo

Rede Pintadas é um excelente exemplo de rede social, se a analisarmos na perspectiva dos campos propostos por Loiola e Moura (1996), perceberemos que a rede começa a se formar a partir do campo interpessoal, por meio das interações entre amigos, familiares, colegas de trabalho; posteriormente chega ao campo movimentos sociais com o agrupamento desses indivíduos em grupos e organizações. Mais adiante, a força da comunidade organizada, apesar de todas as limitações, estabelece uma relação mais próxima com o poder público local; e finalmente, alcança o campo produção/circulação com a interação com o mercado. Assim, toda a formação da rede seguiu um caminho lógico, de baixo para cima, partir da articulação dos canais de participação, a sociedade começou uma mudança histórica neste município baiano. Hoje várias instituições regionais e internacionais fazem parte da Rede Pintadas.

[3] O projeto Rede Pintadas foi um dos cinco projetos premiados como destaque do ano de 2002 pelo Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getulio Vargas.

➢ O contexto

Pintadas é um município jovem, emancipado em 1985. Possui uma área de 530km^2 e uma população de 11.166 habitantes, sendo que destes 63% residem na área rural, enquanto que a média estadual é de 37,6%[4]. A cidade está localizada na região conhecida como Polígono das Secas, na microrregião de Feira de Santana, a 255 km de Salvador. Enfrenta problemas com a concentração fundiária, o uso inadequado dos recursos naturais, o baixo nível de renda e a falta de emprego. Outro problema é a forte concentração de terra, 80% dos produtores de Pintadas possuem somente 15% delas. Os grandes fazendeiros se dedicam a pecuária extensiva, que carece de pouca mão-de-obra; e os pequenos agricultores criam cabras, ovelhas e cultivam alimentos de subsistência como o feijão e mandioca, que são altamente susceptíveis a seca (Programa..., 2002; Fischer e Nascimento, 2002; Moura *et al*, 2002).

Um fato curioso do município é a existência de linhas de transporte regular para São Paulo e não para Salvador. Segundo Fischer e Nascimento (2002), a cada ano, cerca de três mil trabalhadores, predominantemente homens, partem para trabalhar na região sudeste, principalmente nas usinas de álcool do interior de São Paulo. Esse fenômeno é resultado, dentre outras coisas, da concentração fundiária, do uso inadequado dos recursos naturais, do baixo nível de renda e da escassez de oportunidades de emprego.

➢ Histórico

A mobilização social começou na década de 80 e a igreja teve um papel fundamental no processo. Aproveitando tradições locais como o *mutirão,* mais conhecido no local como "roubar o boi"[5], a pastoral da terra procurou resgatar, fundamentada no espírito cristão, as práticas de solidariedade, gratuidade e partilha entre os trabalhadores rurais. Assim, começa um processo de interação e discussão entre vários cidadãos em torno de temas como pobreza, formas de opressão, problemas do cotidiano e reforma agrária (Moura *et al*, 2002).

[4] Dados do Censo do IBGE de 2000.
[5] Uma mistura de festa e trabalho onde os lavradores se reúnem para ajudar um específico, em contrapartida, o lavrador beneficiado oferece um almoço matando um boi e ao final do dia há uma festa com danças e versos repentistas.

Ressalta-se aqui, a importância da igreja na promoção da cidadania. Assim como no resgate do processo de construção da cidadania, apresentado no Capítulo I do apêndice, onde tem-se como o primeiro passo na formação desse conceito a atuação dos profetas junto as comunidades alertando-as e mobilizando-as, também, de forma semelhante, ocorreu em Pintadas, por meio da Pastoral da Terra. A igreja tem um potencial de mobilização enorme, principalmente nos municípios menores e, seguindo os princípios cristãos, precisa utilizá-lo para a promover a cidadania.

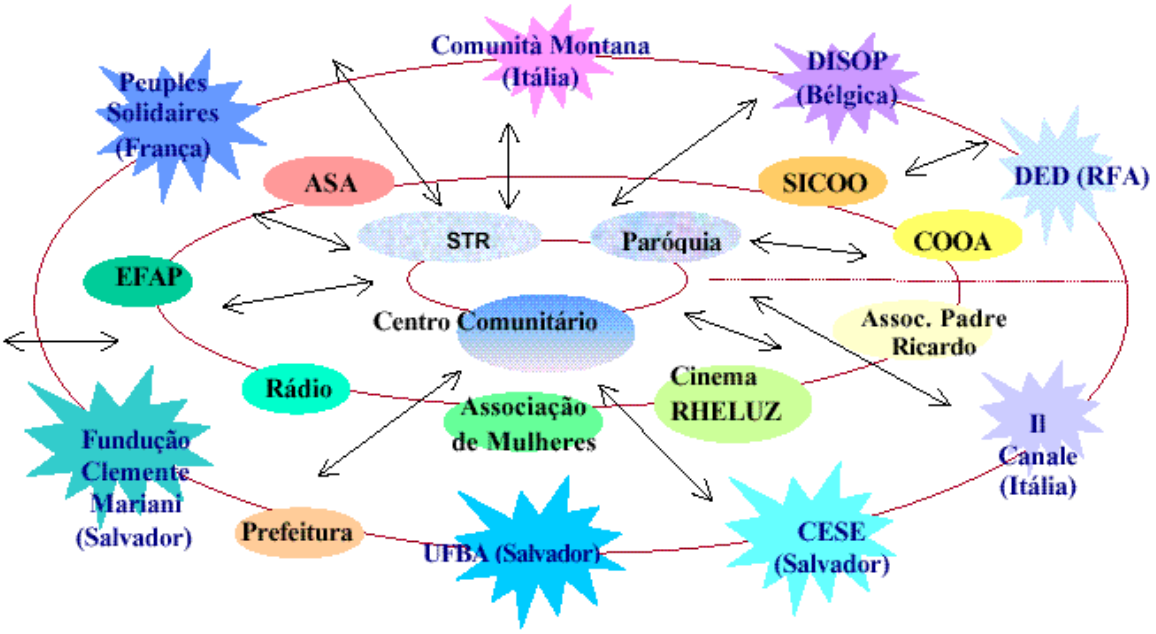
As pessoas foram tomando consciência, dinamizando e afinando os relacionamentos e surgiram sub-grupos como o Conselho Pastoral das Comunidades (CPC), que era compostos por representante de cada uma das 32 comunidades do município e o Conselho Pastoral de Jovens (CPJ), composto por jovens das diversas comunidades. Esses sub-grupos foram importantes na formação de lideranças, o que é comprovado visto que grande parte dos líderes das instituições que fazem parte da rede são ex-integrantes do CPJ. Outro aspecto é a grande presença de mulheres na rede, com o grande deslocamento de trabalhadores homens para o sudeste as mulheres assumiram a discussão dentro dos grupos e sub-grupos e não é a toa que Pintadas tem hoje uma associação só de mulheres, uma prefeita reeleita e três vereadoras (Fischer e Nascimento, 2002).

No ano 1988, foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) motivado pelo STR, Movimento de Jovens e pela Paróquia e Diocese. As três instituições (STR; Paróquia e CCSP) constituíram, assim, os primeiros nós da rede (primeiro anel), que posteriormente foi ganhando forma por meio da articulação com diversas instituições regionais e até internacionais para a implantação de outros projetos, criando assim, alternativas de produção e geração de renda. Desta forma a rede foi sendo tecida (fig. 02), e o desenvolvimento local foi acontecendo de forma sustentável (Moura *et al*, 2002).

Ao longo dos anos a Rede passou por dificuldades e provações, porém em alguns momentos justificou a força mobilizadora e associativista do município. Com um projeto político de poder local a Rede foi decisiva na eleição municipal de 1996, elegendo-se prefeita a líder comunitária Neusa Cadore[6]. Com a vitória de Neusa, Pintadas passou a ser um dos três municípios baianos, entre o total 415, que eram oposição ao governo do Estado da Bahia. Dificultando drasticamente a relação entre município e estado. Prova disso foi

fechamento da agência Banco do Estado da Bahia em Pintadas, a única da cidade. O fato provocou uma reação da comunidade em conjunto com a prefeitura, que provou mais uma vez a sua força e poder de articulação implantando, no ano de 1998, com a autorização do Banco Central, a Cooperativa de Crédito Rural (CrediPintadas[7]). Além das funções de um banco comum a cooperativa atua como uma agência de fomento de desenvolvimento local e já conta com três agências, em Pintadas, Ipirá e Capela do Alto Alegre (Moura *et al*, 2002).

Figura 02: Rede Pintadas.



Fonte: Moura *et al* (2002).

Assim, o Projeto Rede Pintadas é um belo exemplo de organização, mobilização e desenvolvimento local por meio de redes. A participação ativa da comunidade local desde a concepção até a execução de todo o projeto garante a sustentabilidade e os resultados colhidos. O processo participativo cresceu, respeitando a cultura popular e as experiências de associativismo iniciais, em direção a outras esferas, extrapolando os limites da região, do estado e do país.

[6] Neusa Cadore ganhou o "Prêmio Cláudia" da revista feminina Cláudia na categoria Políticas Públicas.
[7] Posteriormente passou a se chamar SICOOB Sertão.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados o tipo de pesquisa, o universo e a amostra, a coleta e tratamento dos dados e, finalmente, as limitações do método.

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa pode ser caracterizada quanto ao fim, baseada na classificação de Vergara (2003), como uma investigação explicativa e descritiva. Explicativa porque visa esclarecer como as práticas de desenvolvimento local nos micromunicípios têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento de redes sociais; e descritiva, pois se pretende-se expor as características das regiões e das populações a serem estudadas e correlacioná-las com variáveis pré-selecionadas.

Quanto aos meios, ainda segundo Vergara (2003), a pesquisa foi bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Bibliográfica, pois para realização do trabalho de campo foram discutidos temas como desenvolvimento local, cidadania e redes sociais. Documental, pois analisou-se todo e qualquer tipo de documentos que foi disponibilizado pelas pessoas ou instituições entrevistadas, como por exemplo estatutos e normas internas, projetos e cartas. De campo, pois a investigação empírica foi realizada na região selecionada para o estudo. E, finalmente estudo de caso, ou melhor, estudo multicaso, que segundo Yin (1989, p.23), “é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utilizam múltiplas fontes de evidência”.

3.2 Universo e amostra

O universo da pesquisa de campo foi os representantes do poder público (prefeitos, vereadores, secretários municipais) e da sociedade civil organizada (sindicatos, ONGs, igrejas e pastorais, associações, cooperativas) dos municípios de Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias e Ribeirão Vermelho da microrregião de Lavras na mesorregião Sul de Minas Gerias.

A seleção dos municípios foi pelo critério de acessibilidade (GIL, 2002) e a amostra dos entrevistados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento (tab. 4), onde as pessoas são escolhidas por preencherem determinados critérios e pela relevância de suas informações (Alencar e Gomes, 1998 e Babbie, 1999). A amostra foi constituída de 54 cidadãos, sendo 30 representantes dos poderes públicos locais (prefeitos, secretários municipais, técnicos e vereadores) e 24 representantes da sociedade civil organizada (associações, conselhos, cooperativas, igreja e sindicato).

TABELA 04: Quantidade, origem e atividade dos entrevistados.

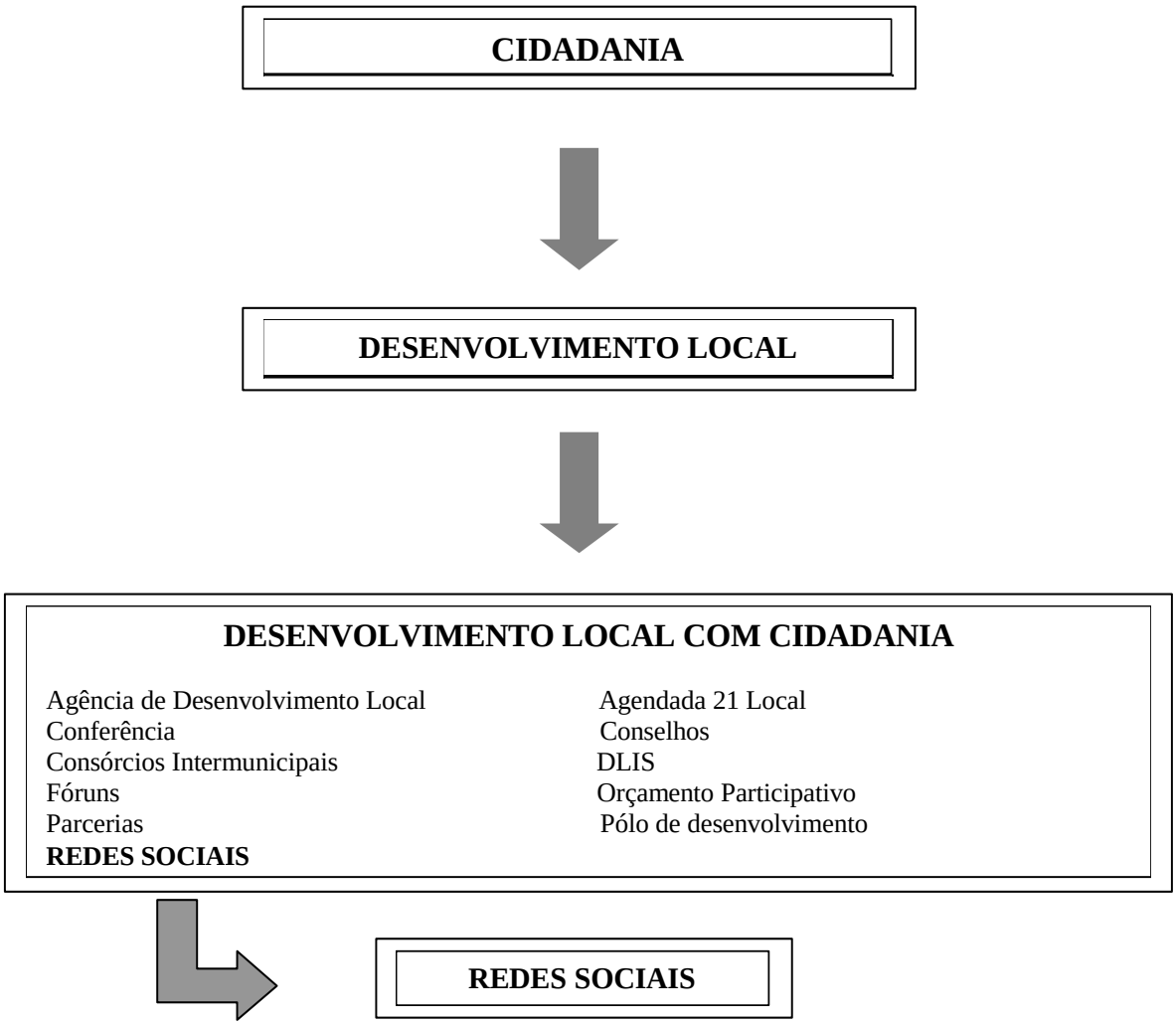
Entrevistados	**Municípios**						**TOTAL**
	Ijaci	**Ingaí**	**Itumirim**	**Itutinga**	**Luminárias**	**Ribeirão Vermelho**	
Poder Público	**6**	**3**	**5**	**6**	**6**	**4**	**30**
Prefeito	1	-	1	1	1	1	5
Secretários	2	2	2	2	2	2	12
Técnicos*	1	-	-	3	2	-	6
Vereadores	2	1	2	-	1	1	7
Sociedade Civil	**4**	**4**	**5**	**4**	**4**	**3**	**24**
Associações	1	1	1	1	3	-	7
Conselhos	1	3	2	2	-	2	10
Cooperativa	-	-	1	-	-	-	1
Igreja**	2	-	1	1	1	-	5
Sindicato	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	**10**	**7**	**10**	**10**	**10**	**7**	**54**

Fonte: Dados da pesquisa.
* São funcionários da prefeitura como fiscal de tributos, inspetor de ensino e assistente social.
** Representantes de pastorais, vicentinos e padres.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados por pesquisa bibliográfica em livros, periódicos especializados, teses, dissertações, lei orgânica municipal, publicações de órgãos públicos como o IBGE, do governo de Minas Gerais e em publicações oriundas de estudos realizados na região analisada. A construção bibliográfica seguiu o esquema da figura três. Partimos da discussão sobre cidadania, depois desenvolvimento local e finalmente sobre desenvolvimento local com cidadania, onde identificamos diversas formas de participação da sociedade no processo de desenvolvimento. Dentre esses meios de participação, definimos redes sociais como fio condutor na construção do tecido analítico da região estudada.

FIGURA 03: Construção teórica da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor

Outra forma de coleta foi a pesquisa documental, útil no levantamento de dados secundários das prefeituras e instituições da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações, cooperativas) constantes em documentos disponibilizados, tais como: relatórios de gestão, demonstrações financeiras, pareceres, estatutos, atas.

E, finalmente, a pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas, realizada com os representantes do setor público e da sociedade civil durante os meses de dezembro de 2003 e janeiro de 2004. Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se o método *fucused-intervew*, que possui como característica estar centrado em tópicos dispostos em um roteiro que são abordados durante a entrevista, sendo que esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas, e não há nenhuma restrição ao aprofundamento desses por meio de

questões que emergem durante o diálogo (Alencar e Gomes, 1998). As entrevistas foram gravadas, quando permitido, e o processo de seleção dos entrevistados seguiu os seguintes passos:

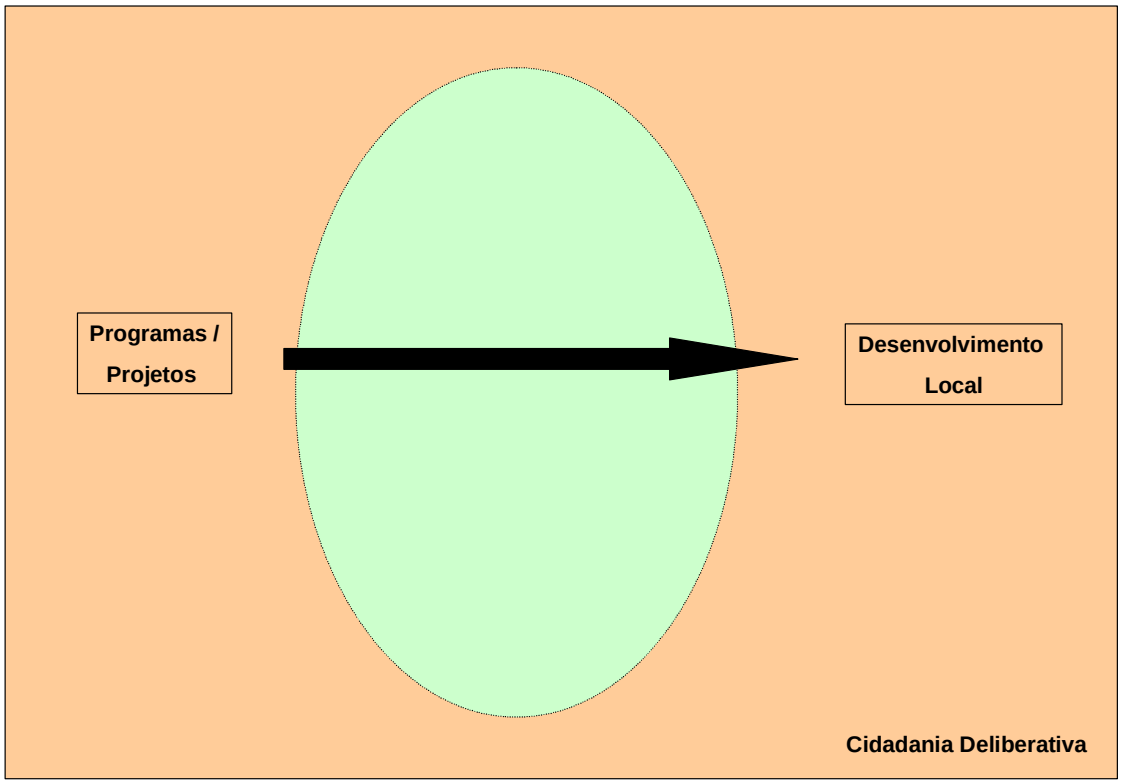
1º: Foi feito contato telefônico com as secretárias ou diretamente com os prefeitos durante o mês de dezembro de 2003. Nessa primeira conversa foi feita uma explicação geral da pesquisa e o agendamento de uma reunião com o prefeito para o início do mês de janeiro de 2004.

2º: Nas reuniões com os prefeitos, o projeto foi explicado com detalhes e definiu-se um contato na prefeitura, que seria o interlocutor entre o pesquisador e os entrevistados. Nesse momento foram apresentadas as características das pessoas que se desejava entrevistar, sempre considerando as especificidades de cada município, como por exemplo, os tipos de instituições da sociedade civil existentes. A proposta do número de entrevistados era sempre cinco representantes do poder público local (prefeito, vereadores, técnicos, secretários municipais) e cinco representantes da sociedade civil organizada (associações, conselhos, cooperativas, igreja, ONGs, sindicatos). O interlocutor foi o dinamizador da pesquisa de campo. Seguindo os requisitos básicos, ele agendava com os entrevistados. No espaço de tempo entre a reunião com o prefeito e o interlocutor, e a realização das entrevistas propriamente ditas, foram feitos vários contatos por telefone e fax.

3º: O terceiro passo foi a realização das entrevistas. A proposta de realizar as entrevistas durante o mês de janeiro foi com o intuito de evitar a proximidade das eleições municipais e aproveitar o período sem aulas no mestrado. Posteriormente a realização das entrevistas foi enviado um fax de agradecimento a cada um dos interlocutores e prefeitos.

A dinâmica das entrevistas foi a seguinte: chegava-se para a entrevista com um roteiro que discutia o desenvolvimento local a partir dos programas e projetos realizados no município. Durante a conversa procurou-se aprofundar a discussão e perceber a contribuição do processo de desenvolvimento para a formação de redes sociais. Isso, sempre na perspectiva da relação entre sociedade civil e governo local e tendo como pano de fundo, referencial teórico, o conceito de cidadania deliberativa (fig. 4). Foram gravadas e transcritas cerca de 17 horas de entrevistas.

FIGURA 04: A dinâmica das entrevistas.



3.4 Tratamento dos dados

No tratamento dos dados foi utilizado a análise de discurso seguindo as orientações de Gill (2003).

> "Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso. Os analistas de discurso tendem a ser pessoas muito humildes que não gostam de afirmações bombásticas, e nunca irão argumentar que sua maneira é a única maneira de ler um texto. Em uma análise final, a análise de discurso é uma *interpretação*, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado." (Gill, 2003:266).

Segundo a autora, a análise de discurso surgiu e tem crescido extraordinariamente nos últimos anos em decorrência das críticas à ciência social tradicional. Hoje, segundo a autora, existem cerca de 57 variedades de análise de discurso. Gill (2003:245) apresenta, ainda, quatro características-chave dessa perspectiva:

1. A postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica;

2. O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas;

3. A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais;

4. O compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações/práticas.

Para a análise do discurso foram seguidos os seguintes os passos: 1) formulação das questões iniciais de pesquisa (roteiro); 2) realização das entrevistas; 3) transcrição das entrevistas; 4) realização de uma leitura cética do texto, interrogando-o; 5) codificação, criação de aspectos positivos e negativos (fig. 5) que auxiliaram no passo seguinte; 6) análise; 7) descrição. Por motivo de sigilo os municípios estudados serão identificados na análise como A, B, C, D, E e F.

3.5 Limitações do método

A metodologia utilizada apresenta algumas limitações na coleta de dados, sobretudo no que se refere à pesquisa de campo. A entrevista por si só já apresenta limitações, pois os entrevistados podem se sentir inibidos, ficando, portanto, prejudicada a coleta de informações. Há também o risco de as respostas, principalmente dos representantes do poder público, serem tendenciosas, no sentido de favorecerem a imagem dos governantes locais, visto que estaremos discutindo com eles os programas de desenvolvimento que acontecem no município.

Quanto ao tratamento dos dados, poderá haver equívocos na tentativa de extrair as tendências, captar as intenções e reconhecer o essencial, para atender aos objetivos do trabalho. E com relação à generalização, é necessário cuidado, pois a análise de discurso

não tem a pretensão de generalizar o estudo de forma ampla. “A análise de discurso não procura identificar processos universais e, na verdade, os analistas de discurso criticam a noção de que tais generalizações são possíveis, argumentando que o discurso é sempre circunstancial – construído a partir de recursos interpretativos particulares, e tendo em mira contextos específicos.” (Gill, 2003:264).

FIGURA 05: Aspectos positivos e negativos da categoria de análise ‘redes sociais’ usados como fios condutores da análise das entrevistas.

REDES SOCIAIS	
Campos: Interpessoal; movimentos sociais; Estado/política pública; produção/articulações.	
Aspectos positivos	**Aspectos negativos**
➢ Igualdade e complementariedade; ➢ Trabalhos cooperativos, participativos e democráticos; ➢ Poder desconcentrado; ➢ Informação livre; ➢ Corresponsabilidade; ➢ Delegação de responsabilidades; ➢ Democracia participativa (deliberativa); ➢ Desenvolvimento de baixo para cima; ➢ Valorização das questões culturais;	➢ Estrutura rígida; ➢ Fluxo de decisões hierárquico; ➢ Poder concentrado; ➢ Informação é poder; ➢ Disciplina e comando; ➢ Delegação de poder; ➢ Democracia representativa; ➢ Desenvolvimento de cima para baixo; ➢ Desvalorização da cultura local;

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E MUNICÍPIOS ESTUDADOS

4.1 A mesorregião Sul de Minas

A mesorregião estudada, conforme a classificação do IBGE, é a Sul/Sudoeste de Minas, região oito da figura seis, que, simplificadamente, chamaremos de Sul de Minas. Abrange uma área de 53.097 km^2 (9% da área total do estado) e tem uma população de 2.384.851 habitantes (Fundação João Pinheiro, 2001)

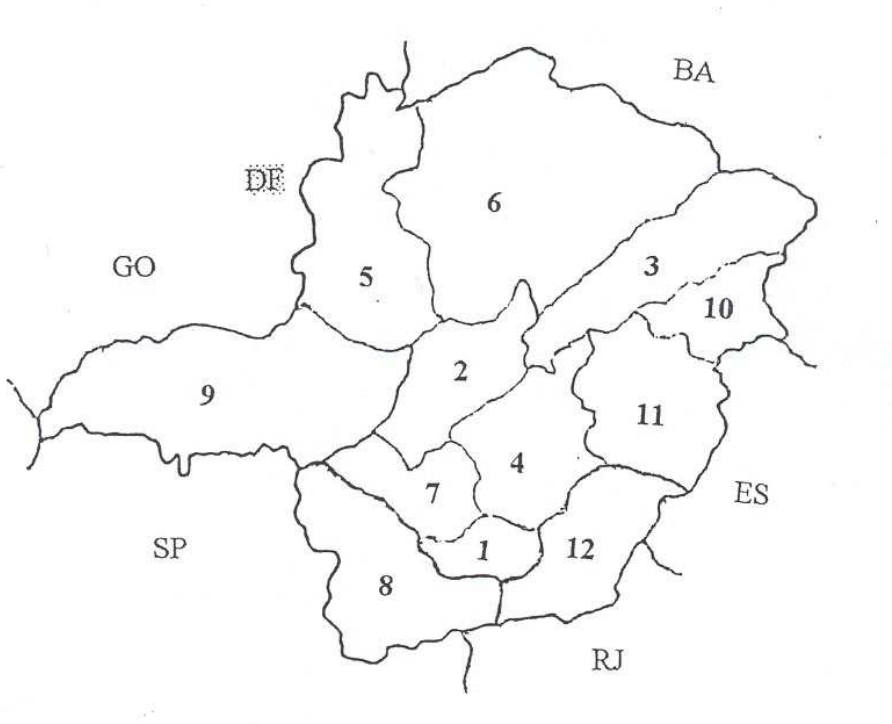


FIGURA 06: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais, segundo o IBGE.

Sendo:

1 Campo das Vertentes
2 Central Mineira
3 Jequitinhonha
4 Metropolitana de Belo Horizonte
5 Noroeste de Minas
6 Norte de Minas
7 Oeste de Minas
8 Sul/Sudoeste de Minas (Sul de Minas)
9 Triângulo/Alto Paranaíba
10 Vale do Mucuri
11 Vale do Rio Doce
12 Zona da Mata

O Sul de Minas possui localização estratégica, a meio caminho entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. É uma das regiões mais desenvolvidas do estado, possuindo várias cidades de porte médio (população entre 100 mil e 200 mil habitantes). Possui várias empresas instaladas de diversos setores como: mecânico, agroindustrial, eletroeletrônico, de confecções, calçados e minerais não-metálicos, entre outros. Destaca-se também no turismo, com estâncias hidroclimáticas e também é conhecida como uma mesorregião rica em recursos naturais, que teve no café o principal elemento de dinamismo e crescimento durante muitos anos. A região conta com expressiva produção agrícola, além de ser a principal região produtora de café do Brasil. Destacam-se, ainda, na produção de laranja, alho, milho, arroz, cana-de-açúcar, batata e uva. (Caracterização..., 2001; Fundação João Pinheiro, 2001).

O Sul de Minas também se destaca na economia do Estado. Segundo dados do IBGE, é a segunda região em participação no PIB total de Minas Gerais (12,88%) e a primeira no PIB agropecuário (23,75%). Quanto ao PIB por habitante, no entanto, ocupa apenas a quinta colocação (4.744,63). Possui a terceira maior arrecadação tributária e é a segunda mesorregião mais populosa e a terceira em densidade demográfica.

4.2 A microrregião de Lavras e os municípios estudados

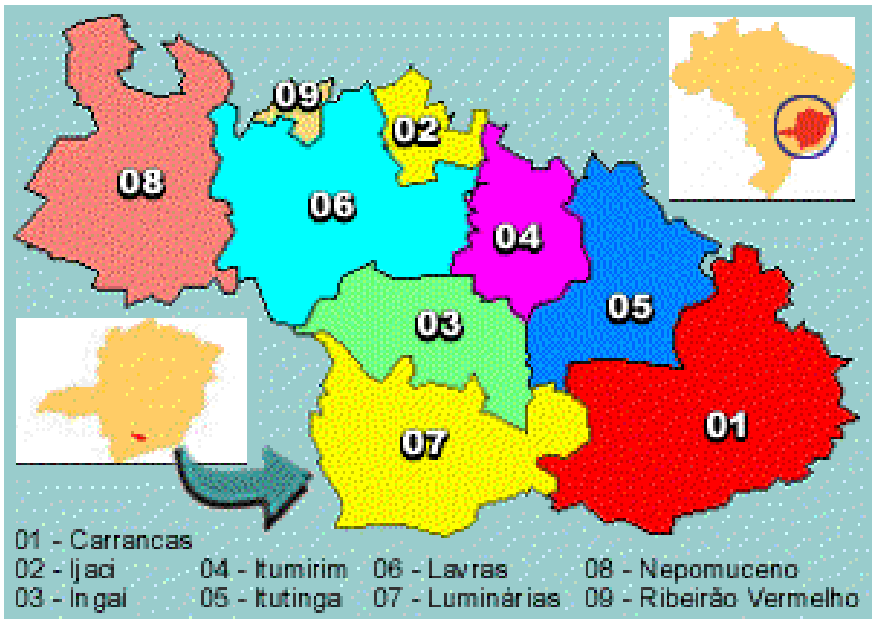
Nesse tópico apresentaremos breves informações sobre a cidade polo (Lavras) e sua microrregião (fig. 7). Outras informações sobre os municípios analisados são disponibilizadas em anexo.

O Arraial de Sant'Anna das Lavras do Funil teve sua fundação na primeira metade do século XVIII. O município de Lavras após os cortes político-administrativos de 1938, 1943, 1948 e início dos anos 60, foi perdendo seus distritos para municípios vizinhos recém-criados , sendo atualmente composto por distrito único, com uma área territorial de 565 km^2 e uma população de 78.772 habitantes.

Devido ao processo histórico e de sua localização na malha viária hoje existente, estrategicamente em local de entroncamento rodo-ferroviário, Lavras exerce polarização sobre alguns municípios vizinhos: pela BR-265 influencia Carrancas, *Ingaí*, *Itumirim*, *Luminárias* e *Ribeirão Vermelho*, dividindo com São João Del Rei a influência sobre as

áreas de *Itutinga* e Nazareno. Ao norte, alcança Bom Sucesso, Ibituruna e *Ijaci*. Pela BR-381 estabelece ligação com Perdões, Santo Antônio do Amparo, Nepomuceno, e estendendo para o oeste até Aguanil, Campo Belo, Cana Verde, Coqueiral e Santana do Jacaré.

FIGURA 07: Municípios da microrregião de Lavras, em Minas Gerais.



Fonte: Citybrazil (2004)

Lavras é uma cidade que sempre se destacou no cenário nacional com uma educação de ponta. Por conta desta sua vocação já foi citada por Assis Chateaubriand como "uma das capitais de inteligência do País". A denominação de Terra dos Ipês e das Escolas, e a presença de diversas instituições de ensino como a Universidade Federal de Lavras, reforçam esse fato.

A base econômica tradicional do município esteve fundamentada na atividade agropecuária, seja na cultura de cereais , seja na criação de gado e produção de leite. Por volta de 1884, existiam culturas de cana e fumo, bem como uma fruticultura bem desenvolvidas. Logo foram agregados o plantio do café e o algodão. O processo de industrialização no município não manteve o mesmo ritmo ao longo do tempo, tendo o município se sustentado principalmente da cafeicultura e da produção de laticínios. Somente a partir de 1970 ocorreu maior consolidação da indústria, com a vinda de novas empresas ligadas ao ramo de auto-peças: Cofap, Mardel, Ciclope, Metal Lavras, TRW. A duplicação da Br-381, Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo à Belo Horizonte,

favoreceu tanto o potencial industrial lavrense quanto o educacional. O comércio, originalmente marcado pela presença de sírios e libaneses, acha-se hoje pulverizado em lojas de varejo especializadas, cobrindo bem as necessidades do município e exercendo atração regional.

O grupo de municípios analisados (tab. 5) somam uma área de 1.557 km^2 e uma população de 27.192 habitantes. Detalhes sobre caracterização, finanças, população, transportes, atividades econômicas, armazenamento, reservas minerais, ensino, comunicações, energia elétrica, água e esgoto, serviços (saúde, hotéis, instituições financeiras), distrito industrial, localização e história de cada uma dos municípios estudados estão disponíveis em anexo.

TABELA 05: Área (Km^2) e habitantes dos municípios pertencentes à microrregião de Lavras – MG.

Municípios	**Área (Km^2)**	**Hab. Total**	**Hab. Homens**	**Hab. Mulheres**
Ijaci	105	5.064	2.601	2.463
Ingaí	305	2.494	1.314	1.181
Itumirim	235	6.391	3.240	3.151
Itutinga	373	4.140	2.185	1.955
Luminárias	499	5.482	2.856	2.626
Ribeirão Vermelho	40	3.621	1.753	1.868
Sub-total	**1.557**	**27.192**	**13.949**	**13.244**
Carrancas	728	3.887	1.990	1.897
Lavras	565	78.772	38.363	40.409
Nepomuceno	582	24.822	12.411	12.411
Total	**3.432**	**134.673**	**66.713**	**67.961**

Fonte: Dados do IBGE/Cidades@.
Elaborados pelo autor.

5 TECENDO A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Antes de iniciar a análise das entrevistas, cabe lembrar que, como já mencionado, o interesse deste estudo é verificar se as práticas de desenvolvimento local nos micromunicípios (população inferior a 20.000 habitantes) da microrregião de Lavras (MG) têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento de redes sociais. Para isso tomamos como direcionador a figura cinco.

A apresentação da análise será por município, os quais, como já comentado, serão chamados de A, B, C, D, E ou F. Os entrevistados serão identificados como representantes da sociedade civil organizada (RSCO) ou como representantes do poder público (RPP). A opção de identificação, tanto dos municípios como dos entrevistados, foi discutida com os mesmos e a melhor forma encontrada foi esta. Na apresentação dos discursos, o que estiver em negrito, são perguntas ou intervenções do entrevistador.

5.1 Município A

Os principais programas/projetos voltados para o desenvolvimento local que ocorrem no município A são o Programa Saúde da Família (PSF), Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação e o Programa Agente Epidemiológico com recursos do Governo Federal; o Programa Farmácia Básica e o Projeto de Capacitação de Serviço de Funcionários e Professores[8] com recursos do Governo do Estado; e Projeto Sorriso Novo com recursos municipais.

Chama a atenção o Projeto Sorriso Novo, por ser uma iniciativa municipal e reconhecida, visto que foi premiado pela regional de saúde com sede na cidade de Varginha. O projeto atende crianças de zero[9] a 14 anos, mantendo um centro odontológico no município com plantão nos finais de semana; fazendo visitas nas casas; e mobilizando e orientando pais e crianças por meio de palestras realizadas nas escolas. O projeto pretende, a partir de 2004, estender os benefícios para os jovens de 14 a 20 anos e posteriormente de 20 a 25 anos, procurando, dessa forma, resolver o problema de odontologia do município.

[8] Nesse projeto, uma vez por mês, os alunos são dispensados de ir à aula, apenas os alunos. Os professores vão normalmente, porém, ao invés de dar ou preparar aulas, os professores discutem e debatem os temas sugeridos pela Secretaria de Estado da Educação.

[9] Zero porque a prevenção começa na gestação do bebê, onde dentistas acompanham as mães.

Tendo como referência esse e os demais programas/projetos voltados para o desenvolvimento já mencionados, destacam-se, como aspectos positivos na construção de redes sociais, a iniciativa local, que inova ao criar e desenvolver um projeto com recursos próprios e com certa qualidade, visto que o mesmo foi premiado pela regional de saúde; a realização da conferência municipal de saúde; a criação de uma rede de divulgação dos programas/projetos bem como de outros eventos (informação livre*)*; a presença, embora com baixa participação da sociedade, de consórcios intermunicipais de saúde; e a percepção, nem sempre respeitada, de desenvolvimento de baixo para cima.

Como aspectos negativos destacam-se a concentração do poder, a disciplina e o comando por parte dos representantes do poder público; a baixa interação intermunicipal e participação deficiente da sociedade, principalmente na concepção e elaboração dos programas/projetos.

Um dos aspectos a destacar é a realização da conferência municipal de saúde[10], o que proporciona um espaço de participação da sociedade civil junto ao poder local, possibilitando a construção de redes sociais que levem à deliberação de possíveis políticas voltadas, no caso, para a saúde.

> "Nós já estamos na terceira conferência, três anos, três conferência. [...] é a conferencia municipal de saúde, mas se alguém da população quiser discutir um outro problema com o prefeito que não de saúde o prefeito está presente o dia todo para atender a população e escutar. Onde a gente faz a conferencia tem outras salas tem um espaço maior, tem outras salas, tem o corredor, lugar a conversa em qualquer lugar sobre qualquer problema. O prefeito fica a disposição ali 10h em todo a conferencia para atender a população que está interessada em conversar outros assuntos com o prefeito, porque, quem mora na zona rural não tem tanto acesso ao prefeito como quem mora na sede tem." (Representante do poder público (RPP) – Município A)

[10] Como apresentado no capítulo 3 do apêndice, as conferências normalmente são convocadas pelo Poder Executivo, através de um decreto do presidente da república, do governador ou do prefeito, ou ainda de uma portaria do ministério ou secretaria correspondente. Cada esfera de governo é responsável por regulamentar e financiar sua conferência. É importante destacar que as conferências, normalmente, são uma espécie de resposta à pressão da sociedade civil organizada para a inclusão de suas reivindicações e sugestões na formulação das políticas. Uma conferência pode ter objetivos específicos ligados à área (meio ambiente, habitação, saúde, educação etc.) e ao nível de atuação (municipal, estadual ou federal), porém, todas elas apresentam características comuns.

Chamam a atenção, também, a formação da rede de divulgação dos programas/projetos e eventos promovidos pela prefeitura. O próximo fragmento da fala de um representante do poder público, sobre a divulgação da conferência de saúde, destaca a articulação da gestão local com a Igreja, rádios locais e regionais, jornais, agentes epidemiológicos e do PSF. Além da articulação na divulgação, há todo um processo preparatório, inclusive com a realização de uma pré-conferência. Os resultados têm sido bons, segundo o poder público. A participação tem sido satisfatória e a discussão em torno da saúde tem sido valorizada pelo governo local, visto que a conferência é realizada há três anos.

> "A gente divulga bastante. Nós temos aqui o programa da família, então nós pegamos estes agentes, porque aqui o programa saúde da família cobre 100% o município, todos os agentes de saúde visitam todas as casas do município, o trabalho mais amplo, foi os agentes convidando, levando convite e estar sempre ali conversando com todos os moradores pedindo a presença. Nós publicamos nos jornais regionais, em cidade pequena todo mundo ouve muito as missas, os recados. Pedimos o padre para que conversasse com a população sobre a importância da conferência, esta é a divulgação maior. E também por faixas, bastantes faixas na cidade sobre a conferência, a data e tudo. E realmente a gente consegue mobilizar muita gente uma população maior, por exemplo, o pessoal dos distritos e zona rural nós damos transporte, a conferência é feita em lugar fechado, à gente dá o transporte, já dizendo que ali vai servir o almoço, vai ter o almoço, porque as pessoas dizem, a não vou porque tem que almoçar, aquela coisa toda, e não vem. Então a gente da toda a estrutura para o pessoal comparecer, o pessoal comparece em massa, há bastante debate, os vereadores vão. Vão os vereadores, vai a população, o pessoal dos distritos vai, e até participam muito, coisas até além da conferência, porque às vezes quer discutir com o prefeito fora a saúde, mas que também o prefeito fica aberto à população para discutir outros problemas também em termos diferentes, fora da conferência de saúde, mas no mesmo dia, em salas diferentes, atende se a população também. E é aí que se surge qualquer dúvida nós estamos lá para explicar ou até mesmo para aceitar aquela opinião e colocá-la no projeto. É fantástico, aqui há uma participação boa da população." (RPP – A)

No discurso dos representantes da sociedade, observa-se uma proximidade das falas e uma preocupação em socializar as informações com a população (*informação livre*).

> "A gente na medida do possível tenta puxá-los[11]. Às vezes vem muita gente outras às vezes não vem. Mas aqui é assim, você fala com um e eles vão passando. Mas até que tem sim a participação da população. Tem muitas pessoas também que as vezes não tem como, tem filhos, principalmente o pessoal da área rural, eles não tem como vir porque tem que cuidar das coisa lá. Mas nós como conselheiros a gente passa para eles, de repente vai um na casa, às vezes comentando mesmo em

[11] O termo "puxá-los", apesar de não soar bem, não se trata de forçar a participação, é apenas uma das formas locais de dizer que estão procurando incentivar a população a participar.

> rodas de amigos, a gente conversa dos assuntos, eles mesmos puxam também, a gente passa e o pessoal pergunta, e aí o que aconteceu na reunião. Eu acho que eles estão acostumando mais [...] Eles [população] estão bem mais interessados [...] Nós usamos a igreja, que aqui é um meio de comunicação e os agentes." (Representante da Sociedade Civil Organizada (RSCO) – Município A).

> "A gente está conseguindo aos poucos esta conquista, porque normalmente os pais são muitos alheios a educação dos filhos e normalmente quando a gente convoca para as reuniões de pais, os pais que vão são aqueles de alunos bons que nem às vezes, claro precisam mas não é tanto, porque às vezes a gente quer conversar com pais de alunos problemas, alunos que não estão tendo rendimento aproveitamento suficiente, esses são os que não vão mesmo, mas já melhorou muito. A gente começou a inovar as reuniões com dinâmicas, com coisas diferentes, parece que está atraindo mais não é aquela coisa que vai só para falar mal do filho, nós começamos a mudar a tática, a mudar o jeito de fazer a reunião. Elogiar os bons também e com dinâmicas, servindo às vezes um cafezinho, tem aquele momento de debate, deixar eles falarem, assim está melhorando a participação." (RSCO) – A).

> "A discussão? A gente repassa para eles as metas que o governo quer, como por exemplo, depois de umas avaliações, que são avaliações externas e todo o ano tem, avalia as ultimas turmas do ensino fundamental e médio e através destas avaliações externas as fitas tem a ver com elas, com o que vai ser cobrado na avaliação externa, então a gente repassa para os pais, para eles colocarem os filhos para estudar. Depois o resultados é divulgado no Minas Gerais Escola através de gráficos e através disso ai a gente toma conhecimento onde é que a gente precisa melhorar mais no ensino, onde é que o aluno está mais fraco. E assim a gente vai divulgando e detectando as falhas e procurando sanar. **A decisão quem toma?** O colegiado." (RPP – A).

O município A participa de associações e do consórcio intermunicipal[12] de saúde, o que é positivo, pois demonstra uma interação com outras cidades. Porém, diferentemente da conferência municipal de saúde, onde a participação da população é satisfatória, no consórcio a interação é limitada; as instituições da sociedade civil não mantêm diálogo constante com o poder público. Os representantes destas organizações destacam, ainda, a falta de interação com outras instituições da região.

> "Nós temos aqui os consórcios, o consorcio intermunicipal de saúde e nós temos associação dos municípios. Então, a cada dois anos há uma reunião, já na área de saúde a reunião é constante, tipo assim, a cada seis meses há uma reunião. Por

[12] Como apresentado no capítulo 3 do apêndice, os fóruns intermunicipais são entidades que reúnem diversos municípios para realização de ações conjuntas que se fossem produzidas pelos municípios, individualmente, não atingiriam os mesmos resultados ou teriam um gasto financeiro maior. Parte-se da premissa de participação de vários segmentos da sociedade nas discussões buscando soluções e formas de atuação conjuntas através do estabelecimento de parcerias e redes sociais. Pode ser considerado, também, como uma divisão de poderes de forma acordada por todos os envolvidos.

> incrível que pareça esta intermunicipal, com vários municípios não há muita a participação da população. Participa mais os prefeitos, os profissionais de saúde, os agentes de saúde, mas a população geralmente não participa. Até mesmo porque não é convidada, porque já foram convidadas e não compareceram, então já viram que este tipo de coisa não funciona, funciona a municipal." (RPP – A)

No discurso dos representantes da sociedade civil o desinteresse pela participação também é observado. "... a população não gosta muito de envolver, é muito difícil tirar as pessoas de casa para essas coisas." (RPP – A).

> "Nós fomos num passeio, numa viagem para conhecer a fábrica da Eriger, uma das unidades, tem um momento lá que a gente encontra com o dono da fábrica, cada um fala onde trabalha, a gente é revendedor da Eringer, então a gente fala onde trabalha, então eu coloquei para ele que a cooperativa é pequena e a gente tem dificuldade por ser perto de Lavras, que a cooperativa lá é bem mais ampla. Então ele estava falando: Eu já fui presidente de cooperativa e cooperativa é um problema sério. Eu falei das dificuldades, porque na cooperativa as pessoas só querem levar vantagem, elas não participam. Aqui, você não acha uma pessoa para dar uma entrevista desta, você não acha um presidente, um diretor, eles não participam, uns poucos dias eu tive que correr atrás do estatuto da cooperativa que tem muito tempo que a gente não meche nisso e tinha um prazo até agora em (...) teve duas reuniões que eu tive que fazer dois editais, para dá pelo menos 10 presentes, tem 86 associados e não aparece 10, que é o mínimo para se fazer reunião[...]Aqui em (...) esse problema não é só na cooperativa, se não tiver uma coisa que chama a atenção, tipo uma cervejinha, uma confraternização. A nossa reunião tem que ser na parte da tarde porque a gente faz na loja e tem que ser a noite, então o pessoal não participa mesmo [...]Então eu não sei te falar, se é falta de conhecimento, se é falta de interesse mesmo." (RSCO – A)

Apesar de iniciativas como a conferência e o projeto Sorriso Novo, da participação da população nas atividades ligadas à saúde, e da rede de divulgação; o que se percebe é que o poder local do município A centraliza a discussão no executivo e no legislativo. Esse fato demonstra uma delegação de poder aos eleitos pelo povo, que ganham a autoridade para decidir, prevalecendo, assim, a democracia representativa sobre a democracia participativa (deliberativa).

> "Não, por não precisar, não teve esta polêmica forte da sociedade civil, se precisar é lógico que nós iremos ouvi-los [...] Não. Não tem a participação da sociedade organizada, não. O que a gente às vezes consegue é fazer, conversar e fazer um debate quando se tem a conferencia de saúde, aí a gente coloca em debate todos estes projetos, mas é até pouco debatido, porque a população está vendo que está funcionado do jeito que está. Foi um projeto [Sorriso Novo] ambicioso, foi muito bem estudado [...] nós chegamos à conclusão que poderia dar certo, nós colocamos em pratica e deu certo. Então a sociedade hoje não discute muito assim, porque as

> fezes quando tem algum probleminha procura a própria coordenadora ou o próprio prefeito, porque não fazer isso e tal. Então a gente estuda esta proposta da pessoa para ver se realmente é viável, e a gente vai comparando com o sistema que está funcionando hoje e a gente vê que não é viável, do jeito que está funcionado que é o melhor jeito. Então discussão mínima com a sociedade. Na verdade nunca houve no município este tipo de projeto, foi implantado nessa gestão e tem funcionado muito bem, não há discussão. O que eles temem às vezes é não ter a continuidade no futuro, uma continuidade deste projeto deste sistema, mudar o funcionamento, a sociedade está temendo a mudança para pior e não para melhor, não tem como melhorar, por ser municipal, por ser com recursos do município está funcionado tranqüilamente." (RPP – A)

Apesar da baixa abertura à participação da sociedade civil, os representantes do poder público demonstram valorizar a construção do desenvolvimento de baixo para cima. No trecho da fala abaixo, um representante do poder público, mesmo não tratando diretamente sobre a participação da população na discussão das políticas do município, ressalta essa consciência. Talvez, se estas idéias fossem transportadas para a discussão inicial dos programas/projetos, a incerteza por parte da população, sobre a sustentabilidade das políticas, poderia ser sanada.

> "Com certeza, o projeto é bem amplo, inclusive um questionamento que vê fazem, que fui mais questionada é por que iniciar pelas crianças e não pelos mais velhos que já estavam com algum problema com o dente doendo ou com alguma coisa. Então nós entendemos o seguinte, se a gente começar por cima pegando uma faixa etária maior, você não está fazendo uma prevenção e sim um curativo. Então na verdade nós temos que começar pela prevenção para que no futuro nós não tenhamos aí, se não vamos ficar quatro anos do projeto somente tirando dente estragado, ou arrumando dente estragado. Se a gente começar agora, no futuro, nós vamos chegar a faixa maior, mas no futuro este que nós arrumamos menores não vai ter este problema, é o famoso fazer a prevenção, antes prevenir do que remediar, se não a gente vai ficar só na remediação e nunca que termina. É o que acontece na verdade em todos os municípios, eu falo em volta porque eu conheço as odontologias regionais, nos municípios em nosso entorno fica sempre isso aí, fica sempre na remodiação e nunca na prevenção, então, nós invertemos, nós passamos para a prevenção e estamos vendo que está dando resultado, as crianças que foram atendidas, naquele período, hoje, está sem cárie, sem nada, se tivéssemos atendendo adultos as crianças estariam com mais cáries e um dente que até estaria dando problema." (RPP – A)

Em síntese, as redes sociais locais são ainda muito incipientes, com uma predominância no campo Estado/políticas públicas sem antes existir no campo interpessoal e dos movimentos sociais. As redes ou tendências identificadas iniciam fundamentalmente da interação entre órgãos do próprio governo local, e em alguns casos do governo com organizações privadas

e/ou movimentos sociais. Apesar da rede de divulgação criada, da informação livre para a população, da participação em alguns poucos consórcios intermunicipais, e da realização da conferência municipal de saúde por três anos consecutivos; a sociedade não se sente incluída na gestão local. A participação, de forma geral, é baixa e o governo concentra as decisões, estabelecendo um desenvolvimento de cima para baixo, não interagindo de forma adequada com a população, nem com outros municípios.

FIGURA 08: Síntese da análise do município A.

<table>
<tr><th colspan="2">Município A</th></tr>
<tr><td colspan="2">Campo: Predominância do campo Estado/política pública.</td></tr>
<tr><th>Aspectos positivos</th><th>Aspectos negativos</th></tr>
<tr><td>➢ Criação de uma rede de divulgação;
➢ Informação livre;
➢ Iniciativas, projetos municipais;
➢ Noção de desenvolvimento de baixo para cima;
➢ Participação em consórcio intermunicipal;
➢ Realização da conferência de saúde.</td><td>➢ Baixa conscientização da população quanto a importância da participação;
➢ Baixa participação da sociedade civil;
➢ Falta de interação intermunicipal;
➢ Predominância do desenvolvimento de cima para baixo;
➢ Supremacia do governo local quanto a elaboração das políticas.</td></tr>
<tr><td colspan="2">A contribuição das práticas de Desenvolvimento Local (DL) para a formação de redes no município é limitada; sendo identificadas, de forma efetiva, somente no que diz respeito à divulgação de programas/projetos e eventos locais.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os representantes do poder local reclamam da dificuldade de motivar a população a participar, porém, apesar de demonstrarem uma consciência da importância de um processo de baixo para cima, não é assim que se comportam. Talvez, eles precisem mudar seu modo de agir antes, e só depois articularem com a população. Outra possibilidade seria a própria população se conscientizar de sua importância e, a partir de canais de

comunicação, estabelecerem uma rede que vá ao encontro do governo local, criando a interação.

Percebemos, assim, que as práticas de desenvolvimento local contribuem de forma restrita para formação de redes no município A. Apenas, no que diz respeito à divulgação, nota-se, pelas falas, a construção de redes de forma efetiva. Apesar das críticas, a população do município parece aprovar a atuação da gestão local, visto que o prefeito atual foi reeleito com 54,01% dos votos válidos.

5.2 Município B

No município B os projetos são mais focalizados. Somente o PSF configura-se como um projeto nacional, os demais são determinados pelo município a partir dos recursos dos governos federal e estadual. Os principais projetos citados pelos entrevistados, além do PSF, são: a construção de uma quadra, criação da unidade de saúde, Criança Feliz, construção de creches, projeto praça da fogueira e Casa do Vovô. São projetos voltados principalmente para infra-estrutura do município e não para o desenvolvimento local[13] como entendemos. Apenas o projeto Criança Feliz foge às características dos destacados anteriormente. Esse projeto consiste em dar assistência a criança, tanto na área de educação, esporte e lazer como na saúde. Foram criadas escolinhas de futebol e vôlei para crianças de 6 a 10 anos, de 11 a 15, e 16 a 18 anos. A base do projeto é a construção do parque municipal onde será destinado espaço para todas as atividades. O projeto está na fase inicial, mas, segundo o governo local, tem se desenvolvido de forma satisfatória.

Como aspectos positivos nota-se a presença de conselhos, que são espaços importantes para a participação da sociedade e formação de redes sociais; a participação da população na execução dos projetos; a informação livre; e a delegação de responsabilidades, identificada em algumas falas. Já como aspectos negativos temos a predominância de projetos de infra-estrutura e assistenciais, não que os projetos para estrutura não sejam importantes, mas a impressão que se tem é que todo o recurso financeiro recebido pelo município é encaminhado para obras que dão visibilidade política. Outros aspectos são a

[13] Desenvolvimento local é entendido, nesse estudo, como o desenvolvimento centrado no território, onde os protagonistas são uma pluralidade de atores ocupando determinadas posições no espaço social e estabelecendo relações em função de metas e projetos comuns

baixa interação com municípios vizinhos; poder concentrado no executivo; disciplina e comando por parte do poder executivo local, baixa participação da sociedade na concepção e elaboração dos projetos; e a baixa participação da população, de modo geral, nos conselhos e/ou comissões municipais.

Um dos projetos realizados no município, o Praça da Fogueira, possui uma característica importante; ele valoriza a cultura local. No município há uma tradição de todo ano, na passagem do dia 23 para o dia 24 de julho, acenderem uma fogueira gigante. É uma festa tradicional da cidade e atrai muitos turistas. O projeto visa à construção de um espaço, praça, para realização da festa. O local usado atualmente não oferece a segurança necessária para população e os visitantes. A valorização ou a tendência de valorização dos aspectos culturais para a formação de redes sociais é importante, basta recordarmos ao caso da Rede Pintadas, apresentado no capítulo dois, no qual a construção da rede tem sua origem ligada a tradições locais como o "roubar o boi".

Um dos aspectos destacados, a informação livre, é verificado em alguns discursos. Segundo os representantes, a prefeitura procura divulgar o que está sendo feito e ainda convoca a sociedade para as discussões.

> "A [prefeitura] divulga muito, às vezes fala, explica, já começa na câmara de vereadores, ela vai lá e explica o projeto porque ela quer que ele seja aprovado, por isso, por aquilo. E convoca a população também e fala dos seus projetos. [...] Reuniões, às vezes faz faixas, coloca faixa, às vezes faz uma reunião aqui, por exemplo, entre os funcionários mesmo, porque o funcionário, por exemplo, às vezes ele é a abertura para chegar em casa e expor para os filhos, para suas esposas e ali vai. Nas escolas vai muito, vai e visita as escolas, chega lá e explica para eles, para os pais, para os alunos." (RPP – B)

Além da divulgação, as falas dos entrevistados, ressaltam a participação da população nas atividades de execução dos projetos.

> "Esse projeto, por exemplo, tem participação, tem voluntários sempre que nós fazemos algum evento, no final de 2003 teve a entrega de brinquedos para as crianças da rede municipal e contamos com a participação, das pessoas envolvidas 50% era da população, não só estar enviando seus filhos lá, estar acompanhando o processo, mas, na distribuição dos brinquedos, nas brincadeiras, por exemplo, participando." (RSCO – B).

Outro espaço importante de participação e articulação é o Conselho Municipal de Saúde, que apresenta um formato interessante, aberto à população, com uma boa diversidade dos membros quanto a origem, e uma ótima participação dos mesmos nas reuniões. Cabe ressaltar que o comportamento desse conselho é uma exceção.

> "Nós temos uma reunião mensal, que é marcada sempre previamente e nessa reuniões os conselheiros trazem para cá algumas reivindicações especificamente na área de saúde do que a população quer, um exemplo, a população acha que o atendimento lá no posto não está legal, está faltando medicamento, aí o conselheiro trás para nós, reclamaram aqui que está faltando medicamento lá no posto, e a gente vê com a gestora o que foi, se a gestora dizer que foi feito um processo licitatorio já tem o medicamento lá, aí a responsável pela farmácia passa para a gente uma lista para ver se realmente tem este medicamento a gente confere em reunião certinho, confere se tem medicamente realmente, se for preciso às vezes acontece de não ter medicamento lá e se licitação aí chamamos o responsável pela licitação e procuramos saber do porque está demorando, qual é o problema, o que está impedindo, é a prefeita que está demorando, se a prefeita não depende de quem que depende, quando depende de uma outra área que não seja a prefeitura, eu como presidente os outros conselheiros também enviamos a carta manifestando, informando o que é necessário, aquele procedimento aquela ação da comunidade que precisa. **Tem um representante de cada segmento?** Em cada segmento. Tem da escola estadual Ramiro de Souza Andrade, dos comerciantes, dos usuários, da área de saúde, da área publica, da área administrativa da prefeitura, do setor de comercio. **E vocês fazem reuniões...** Mensal. E até agora por incrível que parece 80% de freqüência só quando acontece um imprevisto mesmo que o pessoal não está vindo. **Mas a população também participa?** É bom lembrar, o que este conselho está fazendo diferente ele está convidando as pessoas a participar das reuniões, na ultima reunião teve o caso do paciente com procedimento de uma certa urgência e não conseguia e ele não acreditou na gestora, o conselho trouxe ele pra cá explicando como funcionava, que o dinheiro era pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não tinha como a prefeitura pagar, envolvendo pessoas que era do meio, no caso o contador, quando não tem recurso, o recurso pode ser pago pela prefeitura, assim que funciona, e tudo mais, explicamos ao paciente e o Conselho está para trabalhar a favor deste paciente, nem tudo dá para ser conseguido. Semana passada a gestora falou que conseguiu o procedimento dele está sendo encaminhado, já." (RSCO – B)

Outro ponto positivo é a delegação de responsabilidades ao invés da delegação de poder, porém isso é identificado apenas nas falas dos representantes da sociedade civil e, especificamente, sobre participação da população nos projetos relacionados às pastorais da Igreja Católica.

> "Antigamente sempre entrava em conflito, mas agora o pessoal parece que começou a trabalhar junto. O padre (...) está desenvolvendo um projeto, começou com o padre (...), com as pastorais que é estar delegando poderes para as pastorais,

> está envolvendo o pessoal, está cobrando das pessoas, está jogando a responsabilidade nas costas das pessoas para que a pessoa realmente assuma, o pessoal gosta muito de falar assim: eu participo da pastoral do canto, mas nunca vai em uma missa, não vai lê organizar. Tem a pastoral litúrgica, tem a pastoral do batismo, pastoral da criança, da família, o apostolado de oração, então, ele faz um trabalho bonito que é realmente envolver as pessoas e nessa área, projeto não, mas política, ele convida, normalmente ele faz debate, até entre aspas, no horário da missa, mas ele costuma fazer, com assuntos que seriam relevantes, costuma debater isso, expor para a população do município. Quando foi fazer, por exemplo, a pré conferencia e a conferência municipal de saúde foi divulgada várias vezes na igreja, porque aqui é cidade pequena e para reunir o pessoal, aqui tem que aproveitar que ele está reunido na igreja, é uma hora boa para você chegar e falar. A grande maioria não costuma sair de casa, os que saem são poucos e que não interessam em assuntos de prefeitura, que são os jovens. A forma mais direta de você pegar eles aqui é na igreja mesmo." (RSCO – B).

De forma geral e mais enfática, os discursos destacam a baixa participação da população nas reuniões dos conselhos e em encontros para discussão e construção de políticas locais.

> "Olha, é muito superficial [a participação da população] ainda. A gente tem tentado, por exemplo, você vai à zona rural reúne aquela escola, conversa com os pais, mas, eles são muito tímidos, eu acho também que é falta de exercitar as idéias, trabalhar mais, ter reuniões em quantidades maiores durante o ano. [...] A gente tem tentado, mas é muito difícil. Para você ter uma idéia, nós temos conselhos aqui e você precisa ver, para reunir conselho é uma dificuldade, eles não tem o hábito, a maioria não tem o hábito de trabalhar em conjunto, em grupo. Esse ano vai ser um ano difícil para a gente, nós precisamos muito da participação das pessoas nesses projetos, nós vamos tentar o máximo que puder, se não tiver cem porcento de presença trabalha com quarenta porcento, com cinqüenta, né?" (RPP – B).

> "Esse é ponto que a gente tem que melhorar no projeto, este projeto ele está sendo muito pouco divulgado, as pessoas participam mais não sabem do que se trata, ele não está ganhando, ele é parte de divulgação mesmo do projeto, Projeto Criança Feliz, as pessoas as vezes nem sabem que tem este projeto na comunidade, e ele começou justamente quando a prefeita resolveu fazer o parque, aí nasceu o projeto criança feliz. Ela comprou o terreno, criou o parque, aí começou a nascer o projeto criança feliz e de lá para cá falta um pouquinho de marketing mesmo do projeto." (RSCO – B).

Destaca-se ainda o *poder concentrado* no executivo. As decisões seguem um fluxo de *cima para baixo,* onde são tomadas apenas pela cúpula do governo local, não existindo interação com a sociedade.

> "Normalmente senta a prefeita, com os diretores, as pessoas envolvidas diretamente aqui na administração, no caso, eu o diretor de educação, o diretor de saúde, esporte e lazer e senta vê o que pode ser feito, cria ações para estar desenvolvendo o projeto

e assim vai. [...] **Mas não tem nestas reuniões um representante da sociedade?** Não tem não." (RSCO – B).

E a decisão, é ela [prefeita] que toma ... Não, ela procura sempre passar para a gente que está do lado dela, os secretários, às vezes ela tira opinião. Mas a gente sempre respeita o que ela acha o que ela não acha e a palavra final é dela mesmo. (RPP – B).

Outro aspecto é a baixa interação do município B com os outros municípios da região. Percebe-se claramente, no discurso, a ausência da noção de desenvolvimento local por meio da interação entre municípios.

"São poucas reuniões que acontece, sempre os municípios ficam mais separados, mesmo, cada um fica com seus projetos para lá e não chega a discutir um com os outros. **Não tem uma integração?** Não eu acho que isso aí falta nos municípios, principalmente o que a gente no município nosso, da região com outros municípios, a micro região aqui falta um pouquinho de integração." (RPP – B).

FIGURA 09: Síntese da análise do município B.

<table>
<tr><th colspan="2">Município B</th></tr>
<tr><td colspan="2">Campo: Indícios no campo Estado/política pública.</td></tr>
<tr><th>Aspectos positivos</th><th>Aspectos negativos</th></tr>
<tr><td>➢ Boa participação da população na execução de alguns projetos;
➢ Delegação de responsabilidades;
➢ Informação livre;
➢ Presença de conselhos;
➢ Valorização de questões culturais;</td><td>➢ Baixa interação com outros municípios;
➢ Baixa participação da população na concepção e elaboração de projetos;
➢ Baixa participação da sociedade nos conselhos;
➢ Poder concentrado no executivo;
➢ Predominância de projetos de infra-estrutura e assistenciais.</td></tr>
<tr><td colspan="2">As práticas de DL contribuem muito pouco ou nada para a formação de redes sociais no município.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, não se percebe a presença de redes sociais estruturadas e voltadas ao desenvolvimento no município B. Nota-se uma predominância de projetos de infra-estrutura e ações assistencialistas. Poucos são os programas voltados para inclusão e interação com população que proporcionem uma sustentabilidade no desenvolvimento do local. Assim, os programas/projetos realizados no município tem contribuído muito pouco, ou nada, para a formação de redes sociais.

Apesar dos diversos aspectos negativos identificados nos discursos, a população parece aprovar a administração local, visto que, a prefeita foi reeleita com 51,61% dos votos válidos na eleição de outubro de 2004.

5.3 Município C

Os principais projetos que ocorrem no município C são o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, com recursos do governo federal; distribuição de leite, História do Município[14], Meia-bolsa[15] e Trem Mineiro, com recursos municipais. Dentre esses destaca-se o último, pois procura resgatar as tradições culturais do local e envolve diversos municípios. O objetivo do projeto é reativar a ferrovia que liga o município C a Barra Mansa no Rio de Janeiro, cortando diversos povoados e doze outras cidades.

Como aspectos positivos verifica-se a valorização da cultura local, com projetos como o Trem Mineiro e História do município; as boas iniciativas e os espaços criados pela sociedade civil, como por exemplo a mobilização e criação do conselho da Consciência Negra; e a interação com outros municípios, via conselhos e Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO). Como aspectos negativos destaca-se a concentração de poder e o comando da prefeitura; o desenvolvimento, proposto pela gestão do município, de cima para baixo; e o posicionamento divergente entre a sociedade e governo.

A divergência de idéias entre a sociedade e a prefeitura fica evidente nas entrevistas. Assim, formação de redes sociais a partir dessa interação se torna inviável no momento. A impressão que se tem é que sociedade civil e governo local caminham em sentidos opostos.

[14] Um escritor do local tem se dedicado a escrever a história do município e divulgar para a população.
[15] Esse projeto beneficia estudantes da faculdade do município. Os alunos prestam serviço para o município e em contrapartida a prefeitura oferece meia-bolsa.

Por um lado, o prefeito diz conhecer tudo, não necessitando assim, da participação da população nas decisões. Além disso, ainda critica a criação de conselhos.

> "Não, não, é que eu sou nato, eu sou (...) e conheço os problemas da cidade [...] a decisão é do prefeito porque para ele tomar a decisão ele tem que ter condições, primeiro tem que existir condições para depois haver decisão, e essas condições o prefeito é que sabe delas, agora, eu já sei das carências do município, então é lógico que tendo condições de agir em cima das carências." (RPP – C).

> "É difícil, é difícil, porque olha o governo hoje, o governo municipal ele está pautado, criaram, pediram que se criassem conselhos, associações então tem um monte de conselho escolar, agora tem o consep, de segurança, conselho tutelar, então pra ter direito a dez conselhos, e a maioria com exceção do tutelar, todos são gratuitos, sem remuneração, então o quê que acontece você não consegue formar numa cidade desse tamanhinho com 13 mil e poucos habitantes, então você não consegue pessoas para formar tantos conselhos, então a gente acaba formando esses conselhos com funcionários da prefeitura, vai trocando, vai trocando e porque tem os conselhos que tem que ser, então a participação da sociedade existe sim, mas é muito pequena, muito pequena, porque hoje se você falar assim: nós vamos criar um conselho, conselho x, e vai remunerar aí vai dar até briga, mas sem remuneração difícil, e quando você cria, você faz a primeira reunião, depois você convoca reuniões e não aparece ninguém. 'Não posso. Não pude', então é por isso que a gente (...) os conselhos estão mais centrados em funcionários da prefeitura, porque eles são obrigados participar." (RPP – C).

Por outro lado, a sociedade questiona a atuação do prefeito e a dificuldade de interagir com ele.

> "[...] é uma luta que a gente tem com o prefeito, que é complicado, porque se torna assim, a maioria oposição e ele situação, então fica difícil, mas a gente não deixa de lutar não, a gente está sempre lutando, correndo atrás, igual o Trem Mineiro, a gente deu um balaço nele, porque senão ele tinha parado, então a gente foi, correu atrás [...] Não dá abertura, é tipo pressão, ele dá abertura se você fizer pressão, se você não fizer, minha filha, sai nada não, às vezes até com pressão não sai nada." (RSCO – C).

> "O município faz questão de deixar a gente de lado. Não convoca, por exemplo, eles vão tomar alguma decisão com relação a servidores, aumento, taxa de aumento, algum servidor que foi feita a advertência, isso eles não convoca a gente para discutir a situação do servidor, tomam as decisões e pouco importa se existe sindicato ou não. Não dá valor mesmo. **Não abre espaço?** Não abre. A administração atual não. Eu acho que o município está deixando muito a desejar na parte administrativa, coisa municipal mesmo, de correr atrás, de conseguir verbas, asfaltamento da cidade, a cidade aqui não é das piores, mas tem jeito de melhorar. Correr atrás de industrias para, está faltando é isso, a administração atual ou outras passadas tem que sair do gabinete e correr atrás de coisas melhores." (RSCO – C).

Apesar dessas complicações, há uma luz no fim do túnel. A criação do Conselho da Consciência Negra no município ressalta a força da sociedade e a possibilidade de criação de redes. A criação do Conselho fundamentou-se nas inquietações de diversas instituições da sociedade, ressaltando a importância dos movimentos sociais.

> "Ele [o conselho] foi montado agora por várias pessoas de entidade, que é do sindicato, secretaria da educação, aí vem do ministério social, reúne até os próprios vereadores mesmo, participam deste conselho, para poder montar junto com a comunidade e fazer... usar este projeto, que é um projeto que dá um espaço grande pros negros, não só os negros que aí tem vários itens, desde os negros até a classe baixa, a classe pobre da cidade." (RSCO – C).

E ao contrário dos projetos coordenados pela prefeitura, a participação da população nas discussões dentro do Conselho, criado pela comunidade, é excelente. Esse resultado é fruto de uma conscientização e valorização da opinião popular.

> "A participação é ótima, foram todos muito bem recebidos, todos, sabe por quê? Teve uma comissão que saiu na rua em função de explicar para as pessoas, porque às vezes, eu falo assim, tem um projeto de lei, tem uma comissão, mas as pessoas não sabem o significado daquilo, então, às vezes ela sabe que, igual esse convênio o Consciência Negra, ele é uma coisa útil, que pode te ajudar a qualquer momento, mas a partir do momento em que você está sabendo qual a serventia dele, se você não souber qual a serventia não tem como, você recorrer a um projeto que você fica fechado aqui não vai resolver, então eu acho que você tem que espalhar, então tem uma comissão justamente para isso, para poder sair e explicar para quê que serve esse tipo de projeto." (RSCO – C).

Destaca-se ainda a interação com outros municípios principalmente por meio da Alago e do conselho da Consciência Negra. No caso da Alago a relação se dá entre diversos municípios (34, sendo que nem todos são associados), sendo o prefeito do município C o atual secretário da associação.

> "Nós estamos empenhados, eu sou secretario da Alago, que é a associação dos municípios do lago de furnas, são 34 municípios, estamos empenhados, fomos várias vezes em Brasília para este fim, eu recebi um fax de uma reunião que vai ter, nós estamos sempre em reunião, segunda-feira nós fomos a Alfenas, na sede da Alago lá. O nosso intuito agora é a despoluição do lago de Furnas, são 34 cidades mineiras." (RPP – C).

Em síntese, na situação atual e considerando os projetos/programas do município, não há contribuição da interação entre sociedade civil organizada e poder público local para a formação de redes sociais. Porém, iniciativas da sociedade, como o Conselho da Consciência Negra, podem proporcionar um ambiente futuro para esse fim. Outro aspecto a destacar no município C é que o campo mais fértil para a formação de redes é o campo movimento sociais, percebido principalmente nas falas que retratam a dificuldade na relação entre prefeito e sociedade, e a organização da comunidade para formação de conselhos.

FIGURA 10: Síntese da análise do município C.

<table>
<tr><th colspan="2">Município C</th></tr>
<tr><td colspan="2">Campo: Movimentos sociais.</td></tr>
<tr><th>Aspectos positivos</th><th>Aspectos negativos</th></tr>
<tr><td>➢ Espaços de participação criados pela sociedade civil;
➢ Iniciativas e organização da sociedade civil organizada;
➢ Interação com outros municípios;
➢ Valorização de questões culturais.</td><td>➢ Disciplina e comando por parte do executivo;
➢ Divergências de posicionamento entre sociedade civil e governo local;
➢ Poder concentrado nas mãos do prefeito;
➢ Visão de desenvolvimento de cima para baixo.</td></tr>
<tr><td colspan="2">As práticas de DL baseadas na interação entre sociedade e poder público não contribuem para a formação de redes sociais no município. Porém, iniciativas da sociedade civil podem contribuir a longo prazo.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4 Município D

O município D apresenta características diferentes, nele estão presentes dois grandes grupos empresariais que chegaram há pouco tempo no município. Um é o Grupo Camargo

Corrêa, proprietário de uma fábrica de cimento[16] no município (fig. 11 e 12) e o outro é o Consórcio do Funil, formado pelas empresas Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujo objetivo é a construção da hidrelétrica do Funil. Ambos os empreendimentos são recentes e provocaram impactos ambientais, econômicos e sociais no município que possui menos de 5.000 habitantes.

FIGURA 11: Vista parcial da fábrica de cimento do Grupo Camargo Corrêa no município D.

Fonte: Camargo Corrêa (http://www.icec.com.br/camargocimentos/)

Em consequência disso, as falas nas entrevistas, tanto do poder público local, como da sociedade, voltaram-se para a relação do município com as empresas, o que dificultou a identificação da contribuição dos programas/projetos do município, a partir da relação entre sociedade e Estado, para a formação de redes sociais. Porém, cabe destacar alguns pontos.

Assim, como aspectos positivos, pode-se destacar a presença de grandes empresas; a elaboração de um plano diretor; e algumas iniciativas da sociedade, principalmente no que diz respeito ao artesanato. Como aspectos negativos destacam-se os efeitos colaterais da chegada das empresas; a dificuldade de mobilização da população; a baixa interação entre

[16] A fabrica de cimento do município D é uma das cinco maiores em produção da América Latina e a primeira em tecnologia. Recebeu investimentos da ordem de R$ 270 milhões.

a sociedade e governo local; e a participação insignificante dos cidadãos na construção do plano diretor.

FIGURA 12: Vista parcial da fábrica de cimento do Grupo Camargo Corrêa no município D.

Fonte: Camargo Corrêa (http://www.icec.com.br/camargocimentos/)

A construção do plano diretor pode ser considerada como um marco importante para o desenvolvimento do município; dentre suas principais contribuições podem-se destacar as ações e orientação para a aplicação de recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico do município, o planejamento da urbanização e da implantação de saneamento em toda a cidade. Porém sua construção era um dos pré-requisitos para a instalação de grandes empresas, e em virtude disso, na sua elaboração a participação da população foi praticamente inexistente. Nem mesmo os membros do legislativo participaram de forma efetiva. Segundo um dos entrevistados o plano foi construído com a participação de apenas três pessoas do município.

> "É muito difícil. Ocê vê que a gente trabalhou com o plano diretor, a gente foi, a Camargo Corrêa pagou pra Fundação João Pinheiro fazer o plano diretor aqui no município, né, então a gente cansou de chamar, a gente ia até fazer umas audiências públicas no município, começamos a chamar o pessoal pra participar da discussão do plano diretor. Mas quem discutiu o plano? Teve uns 2 ou 3 vereadores que participaram umas 2 ou 3 vezes. E a gente tinha reunião aqui, toda 3ª e toda 5ª, quem participava da reunião era eu, o [nome], servidor, e o [nome], que era o advogado da Câmara na época. **Nem os vereadores participavam?** Muito pouco, muito pouco; é porque a gente, infelizmente a realidade nossa é essa, o conhecimento é muito pouco, né, os vereadores, aqui antigamente não tinha uma escola então eles não tinham condição nem de estudar, têm, eles têm experiência, têm, mas uma, uma, um grau de estudo é, é, o nível de estudo é baixo, tem experiência, têm muita, eles têm experiência sim, né, mas o nível de escolaridade o

> grau é baixo, muitas coisas eles sabem mais que a gente, mas, infelizmente a participação nessas coisas quando vai debater é baixa. [...] Fizemos de tudo, eu mesmo saía, no final de semana, corria atrás do pessoal, mostrava o que tava sendo feito, né, teve no início, teve depois que a gente tava estudando, as professoras começaram a trazer os alunos das escolas, a gente mostrando pra eles aqui, mostrando as fotos que foram tiradas, né, tentar trazer o pessoal, mas infelizmente a participação aqui é muito pequena." (RPP – D)

Os representantes do poder público destacam a dificuldade de mobilizar o cidadão. Segundo uma entrevistada, a população está "descrente, eles não têm visão de cultura, não. Eu trabalho com adolescentes aí na escola. Digo pra eles: acorda pra vida gente, mas não tem condições não" (RPP – D). "Essa parte de participação de [nome do município], sempre foi uma parte de carência, o povo, o povo cobra muito, mas participa pouco" (RPP – D).

Mas o que domina as falas é a presença dos grupos empresarias no município. Alguns reconhecem os benefícios iniciais, porém o que se destaca são críticas tanto ao Grupo Camargo Corrêa quanto ao Consórcio do Funil.

> "Foi bom, porque, nessa época foi bom, porque pião tava querendo alugar as casas de Ijaci todinha, hotel e restaurante ficaram lotados, tava tudo lotado. Uma alforria pra cidade, tinha uns cinco ou seis restaurantes, hoje tá com um ou dois restaurantes, acabou tudo, entendeu, mandou todo mundo embora, trouxe muita gente de fora, muita, do nordeste, muitas pessoas ficaram morando aí, há outro problema social; muitas pessoas, às vezes, passam aperto aí, de casa em casa dos outros, não sai, não paga o aluguel. A Camargo Corrêa, isso eu falei declarado para eles, até hoje não trouxe benefício pro município; eu não sei a arrecadação que vai entrar se vai cobrir esse desfalque." (RPP – D).

> "Nós não estamos vendo, por enquanto, retorno nenhum disso, retorno nenhum disso aí, é pelo contrário, por exemplo, veio um bairro pra cá, não que nós somos contra o bairro, de forma alguma, o bairro de Pedra Negra. Pedra Negra, esse bairro tem hoje, no mínimo, as famílias de Pedra Negra e veio outras famílias, de outras localidades, de Perdões, da Ponte do Funil, de Macaia, outros pontos também, que não quiseram ficar lá na localidade e vieram pra cá, pro bairro daqui, o bairro de Pedra Negra, que por sinal é um bairro muito bonito, entendeu, muito bonito. Mas, criou um problema social, as pessoas não têm emprego, entendeu, procuram o dia inteirinho, procura assim, prefeitura, procura outras pessoas aí, né, então vão pedir ajuda, na verdade eles não tá tendo onde trabalhar [...] **A fábrica não trouxe muito emprego?** Não, porque a fábrica trouxe muito emprego e muito problema, né? Emprego assim, pras pessoas que são de fora, porque pra nós, com o funcionamento dela é só parte de terceirizada." (RPP – D).

> “Nós esperamos uma grande melhora pro município. Mas, no momento ainda temos tido até dificuldades, porque aumentou o numero de pessoas que vieram de fora, o que vem sobrecarregar o posto de saúde e várias outras coisas. [...] Procê vê, tem várias firmas prestando serviço aí, e chega aí, vem sempre procurar o posto de saúde. Esse bairro que veio de Pedra Negra pra cá, vieram tudo pra aí, agora chega aí, a maioria desse povo, trabalharam lá, agora chegaram aqui, mudaram pra cá, e tão tudo sem serviço, sobrecarregando o posto de saúde.” (RSCO – D).

> “Começou muito bem o processo, mas agora no final o próprio pessoal do consórcio tá deixando muito a desejar. Os comprometimentos deles, que eles tinham com a sociedade, principalmente com o município, eles não cumpriram quase nenhum, eles tão querendo jogar algumas responsabilidades deles pro próprio município, o município não tem condições de arcar com essas responsabilidades.” (RPP – D)

Apesar das críticas e da baixa interação, há algumas iniciativas da sociedade civil que valorizam a cultura local como, por exemplo, a criação da Associação dos Artesãos. O objetivo dos idealizadores é incentivar e aprimorar as técnicas dos artesãos locais e aproveitar o potencial turístico da região, principalmente com a chegada da represa da hidrelétrica. Essa iniciativa demonstra a visão e o potencial da população, e pode se tornar no futuro uma forte contribuição para o desenvolvimento sustentável do município.

> “Eu batalhei pra poder que se fundasse a Associação, porque eu acredito no potencial turístico, que é essa parte que vocês tão preocupados, eu acredito nesse potencial, eu acho que turismo não pode ser junto, aliás, não pode ser sozinho, tem que ter o artesanato junto. E eu descobri que o pessoal daqui, todo mundo aqui fazia artesanato em casa, e ninguém preocupava em mostrar, vendia pra um, vendia pra outro, terceirizava e tal. Aí eu tô juntando o grupo pra poder fazer. Nós enfrentamos algumas dificuldades: primeiro, a de credibilidade, apoio, sabe, o pessoal não acredita. As próprias pessoas que trabalham com artesanato não acreditam no futuro do artesanato, acham que é uma coisa desvalorizada. Então a gente tá batalhando em cima disso; apoio, não tem, cê corre atrás de liderança, sempre falam: vou ajudar, vou ajudar, e nunca age. Nós tamos trabalhando com as nossas próprias pernas, tá? Essa semana até tá acontecendo um curso de pintura em tecido aqui na escola municipal, que eu trouxe, numa parceria como Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ele tá dando um curso pras meninas aqui. Eu trouxe várias palestras do SEBRAE, pra poder incentivar na parte de cooperativismo, na parte de associação, pra batalhar em cima disse, tá? Agora, o que eu acho assim é o apoio mesmo, entendeu? Realmente falta [...] a área de turismo tem que ser desenvolvida; porque se também não vier turista, também nós não vamos conseguir fazer nada. O turista é que vai levantar pra gente. O turista é que vai incentivar, o turista é que vai levar a mercadoria [...] falta, ainda, a união das lideranças.” (RSCO – D).

Em síntese, nota-se muitas críticas à chegada das empresas ao local, porém nem o poder público e nem a população tomam a iniciativa de unir forças para negociarem juntos.

Qualquer outro município gostaria de receber grandes empresas, no entanto, é preciso negociar melhor e construir uma pauta para o desenvolvimento sustentável, pois, como se percebe, o tempo vai passando e as empresas focam no que lhes convém. É preciso agilidade e união para aproveitar as oportunidades.

O desenvolvimento de redes, como entendemos, parece distante e, diferentemente dos demais municípios, o campo que mais próximo está, de desenvolver essas redes, é o de produção/circulação, pois há uma organização intermediária entre as empresas e o mercado. Nessas circunstâncias não se pode desvalorizar o trabalho interativo entre sociedade e Estado, pois o campo produção/circulação pode não trazer um desenvolvimento sustentável, pois as empresas se orientam pelo mercado, que, por sua vez, pouco se interessa pelo bem estar das pessoas.

FIGURA 13: Síntese da análise do município D.

<table>
<tr><th colspan="2">Município D</th></tr>
<tr><td colspan="2">Campo: Produção / Circulação</td></tr>
<tr><th>Aspectos positivos</th><th>Aspectos negativos</th></tr>
<tr><td>➢ Elaboração do Plano Diretor;
➢ Iniciativas da sociedade;
➢ Presença de grandes empresas;
➢ Valorização da cultura local.</td><td>➢ Baixa interação entre sociedade e governo local;
➢ Baixa participação da população na elaboração do Plano Diretor;
➢ Dificuldade de mobilização da população;
➢ Efeitos negativos com a chegada das empresas.</td></tr>
<tr><td colspan="2">As práticas de DL baseadas na interação entre sociedade e poder público não contribuem para a formação de redes sociais no município. A possibilidade de redes é verificada apenas nos interesses das empresas instaladas no município.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5 Município E

Os principais projetos/programas que ocorrem no município E são o PSF, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Programa Saúde Bucal

que são viabilizados com recursos federais. Há ainda os que são financiados com recursos municipais, estaduais e/ou da própria comunidade como o Projeto Rádio Escola, que consiste na criação de uma rádio na escola do município com o objetivo de desenvolver nos alunos a criatividade e o trabalho em grupo; o Premater (Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural), que procura discutir com o pequeno produtor o melhor uso das tecnologias; o Programa de Desenvolvimento do Turismo; e Projeto Café Cultural, que é uma iniciativa da sociedade civil.

Como principais pontos positivos para a formação de redes têm-se a informação livre, que durante a pesquisa de campo ficou evidenciada quando encontrou-se toda a prestação de contas divulgada em mural ao lado da porta do gabinete do prefeito; outro aspecto é a boa interação entre governo e sociedade com trabalhos cooperativos, participativos e democráticos; a conscientização da sociedade; e a valorização das questões culturais como danças e o artesanato local. Entretanto, há também pontos negativos, dos quais destacam-se: a dificuldade de trabalhar em equipe; a contribuição limitada do governo local para o desenvolvimento, fala-se muito, mas a ação está aquém; e, apesar da boa conscientização, há uma baixa participação da população nas discussões dos programas e projetos.

No que diz respeito à interação entre a sociedade e o governo com trabalhos cooperativos, participativos e democráticos, percebe-se a existência de parcerias e a formação de redes sociais entre diversas instituições como as escolas, igreja e polícia militar; e dessas com o poder local. Além disso, a prefeitura realiza as audiências públicas prestando conta sobre a arrecadação e os gastos públicos.

> "Aqui funciona muito junto e funciona por causa disto, escola, igreja, prefeitura e polícia militar, tudo que faz aqui é feito com parceria com todos. Pra todos os eventos, tudo que faz é assim, tudo que é da prefeitura é municipal, é assim, tudo que depende deles, qualquer coisa lá, cê pede também, não tem problema, não, tudo que depende, no que eles podem ajudar eles ajudam. Uma outra coisa que tem ajudado muito, principalmente, é a credibilidade da administração, é, que o prefeito anda fazendo as audiências públicas, né, conforme a lei de responsabilidade fiscal manda, mesmo não sendo obrigado, ele tem feito, desde o início da lei, né, o início deste mandato, e isso aí tem gerado bastante crédito, porque, nessa audiência é apresentado o que foi arrecadado, o que que foi gasto e como que foi gasto." (RPP – E)

> "Exatamente, nós nunca, nós nunca fazemos as coisas assim, a minha idéia, a dele ou de um outro não, tudo tem que ser feito com as idéias de muita gente; a gente

> não faz uma coisa sem antes ir nas escolas, eu falo as escolas, porque a população jovem [do município] está todinha nas escolas, principalmente na escola estadual, que são jovens, adolescentes, tão lá, então tudo quanto é idéia, a gente coloca lá, os professores já sabem, apoiam a gente, nessa parte de trabalho dentro da sala de aula, então a gente coloca uma idéia, e logo a gente percebe a reação do pessoal, se a gente ver que é positiva, a gente vai, se a gente vê que não foi tão boa assim, a gente já tenta modificar ela, fazer diferente." (RPP – E)

> "A escola sempre trabalha junto, tanto é que no carnaval aqui, a escola faz parceria com o município. A prefeitura, a prefeitura banca, mas eles elaboram. É, eles fazem tudo aí, a prefeitura paga, é fantasia, essas coisas [...] é artesanato, jogos esportivos, tudo é a prefeitura... Agora a igreja também tá começando, a igreja parece que começou a desenvolver um trabalho aí num bairro, eles tão trazendo já, é, muitas pessoas de fora pra apresentar cultura aqui, os daqui já tão indo pra fora, é viola, muita coisa que tá começando já tá tendo esse intercâmbio já por intermédio da igreja também, a igreja tá ajudando bastante." (RPP – E).

Apesar dessa interação, os discursos alertam para a dificuldade de trabalhar em grupo e para a baixa participação da população.

> "Principalmente nessa parte de agrupamento, né. Isso aí a gente tem dificuldades. Eu não consegui, por exemplo, eu, eu há três anos atrás, eu tentei, é, fazer aqui, ou na sede, ou numa das comunidades, o que? Colocar um tanque de granalização de leite comunitário, tá? Eu me frustrei com isso, eu não consegui. O que eu consegui foi, é, alguns produtores, individualmente, pra melhorar, e tal, mas individualmente, não quiseram fazer o agrupamento, cê entendeu? [...] é um problema difícil e tem regiões que a gente trabalha, eu já trabalhei em outras regiões, em outros municípios, né, eu tinha mais facilidade nessa, né, existe mesmo uma realidade diferente, né, que outros municípios, pois, agora, em alguns municípios já é mais difícil isso aí. É muito individualista." (RSCO – E).

> "A gente tem a rádio, tem a Igreja, tem o jornal, a gente sempre tá chamando, sempre tá chamando, e a resposta é a mesma, né, ah, eu não tenho tempo, e sempre são os mesmos. O povo brasileiro ainda tem sempre aquela, deixa acontecer, deixa acontecer, e isso é mau. Isso é muito mau, se a gente tivesse, igual eu falei pros caras aqui, se a gente tivesse 100 pessoas acompanhando o nosso trabalho na câmara, seria outra coisa. Cobrando, é, e participando com a gente, do trabalho da gente, né, eu acho que pouquíssimas pessoas que, apesar que já melhorou muito, tem reunião que já tiveram 60, 80 pessoas, mas é quando tem algum assunto de interesse." (RPP – E)

Uma boa iniciativa da sociedade local é o trabalho cultural que tem sido realizado, principalmente, por meio do Projeto Café Cultural. Esse projeto procura criar um espaço de descontração onde vários aspectos são trabalhados com a população, como a

importância de cada cidadão no processo de desenvolvimento e a valorização da identidade cultural.

> "Conscientização, satisfação a respeito da cidadania, a participação das pessoas, no melhoramento dessa realidade, da cidade como um todo, né? Porque não pode partir somente pelo povo dirigente [governo local], o povo inteiro tem que pensar pela consciência dos valores, né, não só informação o que é passado na televisão, mas principalmente na leitura, a reflexão, o próprio raciocínio, essa individualidade, dessa identidade que a torna uma pessoa mais, é, observadora e uma pessoa que tem a capacidade de participar mais efetivamente na sociedade, né, não uma que tenha os olhos fechados, a gente vê isso realmente nessa consciência, nesse despertar, a chave da cidadania, então a pessoa vai se tornar ativa, com participação nas condições de vida, né, dela mesma, da própria comunidade, da família e quem sabe do Brasil." (RSCO – E).

> "A gente percebe essa questão da identidade cultural como sendo uma coisa, né, que realmente envolve muito profundamente, o artista da própria terra mostrando seu trabalho, ver que tem pessoas da própria terra que se destacam no cenário internacional. Teve uma pessoa aqui de [nome do município], que parece que descobriu a vacina do veneno do escorpião, então assim, são coisas que tocam o povo naquele que seria, é, o estímulo deles [...] tem que valorizar, valorizar esses talentos que tem na cidade de uma forma mais oficial realmente, sabe, tipo assim, ah, porque aqui em [nome do município] tem muita gente boa, tem fulano de tal, e fulano de tal, e fulano de tal, mas ninguém ainda descobriu completamente essas pessoas dentro do contexto, dentro, né, do que que seria a história da cidade de uma forma reconhecida, oficial, tipo assim, oh, cês são importantes, cês têm cultura, acreditam nisso, valorizam isso, porque ainda tem a mentalidade que, quem faz artesanato é vagabundo, não tem o que fazer. O artesão é diferente de um arquiteto, um artesão, ou um escultor, momento artístico nesse sentido essa mudança, eu acho que é pilar, né, a base. [...] é a favor do coletivo, a favor do coletivo, não é a favor de si mesmo; porque, com certeza, você vai sentir bem, porque busca as origens da brevidade que somos, né, as brevidades espirituais, em corpo material, fazer o que, é assim, né; a ajuda a prevenir a pessoa a se dar valor, tô fazendo uma coisa boa, não é pensar só em mim, não é só sardinha na minha farinha, não é só explorando, ninguém, nem quem explora, nem quem é explorado, né. " (RSCO – E)

Outro ponto que deve ser destacado é que representantes do próprio governo local admitem que falta uma ação mais efetiva da prefeitura no apoio as propostas da sociedade e na execução dos projetos de desenvolvimento do local.

> "Na área de turismo, na minha opinião, eu acho que poderia o governo municipal, eu falo o governo municipal, eu tô la dentro, mas eu acho que ainda podia ajudar mais, é investir, ajudar que eu falo é investir mais na divulgação, no lugar, nas belezas naturais, cê trazer, por exemplo, uma empresa de fora, pra fazer um comercial pra televisão, investir pesado, não é pouquinho que eu tô falando, não,

> fazer uns guias bem feito, por um profissional, mandar pras agências de turismo do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, divulgar mesmo, cê chamar a Revista Terra, falar, eu quero um trabalho excelente de duas páginas, quanto vai ficar, ah, vai ficar em tantos mil reais, cê enfiar a mão no dinheiro e pagar, porque você vai ter o retorno e, agora, pra fortalecer a cidadania, qualquer [cidadão local], eu acho que qualquer cidadão de qualquer cidade, ele ia ficar feliz de ver o nome da cidade dele bem divulgado, bem mostrado, a cidade crescendo, desenvolvendo, o cara ia ficar sempre orgulhoso, isso não adianta, de ver um artista aqui representando lá fora, de ver um artesanato bem mostrado, eu acho, isso é um fortalecimento de cidadania, a pessoa sentir orgulho da terra dele, eu acho que isso é muito importante." (RPP – E).

FIGURA 14: Síntese da análise do município E.

<table>
<tr><th colspan="2">Município E</th></tr>
<tr><td colspan="2">Campo: Principalmente Estado/política pública</td></tr>
<tr><th>Aspectos positivos</th><th>Aspectos negativos</th></tr>
<tr><td>➢ Conscientização da sociedade;
➢ Informação livre;
➢ Interação entre governo local e sociedade;
➢ Trabalhos cooperativos, participativos e democráticos;
➢ Valorização das questões culturais.</td><td>➢ Baixa participação da comunidade;
➢ Contribuição limitada do governo local;
➢ Dificuldade de trabalhar em equipe.</td></tr>
<tr><td colspan="2">As práticas de DL baseadas na interação entre sociedade e poder público, apesar de não estabelecer, apontam para a formação de redes sociais, principalmente, nos campos movimentos sociais e Estado/política pública.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, percebem-se diversos aspectos positivos para a construção de redes sociais, porém essas não ocorrem de forma plena. Há uma boa conscientização e interação da sociedade com o poder público; diversos trabalhos, de iniciativa tanto do poder público local como da sociedade, são desenvolvidos conjuntamente com informação livre e valorização da cultura local. Porém há muitas queixas de que a participação da comunidade nem sempre é efetiva. Há um grande potencial para a formação de redes, embora essas

ainda não se expressem de forma plena e efetiva. Os campos que mais se destacam na construção são os movimentos sociais, e, principalmente, Estado/políticas pública.

5.6 Município F

O município F é farto em programas/projetos sociais; segundo um representante do poder público são 16 programas e projetos. Os principais são o Programa Saúde da Família e o Programa Saúde da Mulher, que atende gestantes e é responsável pela prevenção do câncer do colo do útero, com recursos exclusivos do governo federal. Com recursos municipais há o Distribuição de Leite para famílias carentes com crianças; o projeto Plantação de Maracujá, programado pelo município e desenvolvido pela Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais); a Cooperativa de Costureiras; o Mandiocultura, que procura desenvolver a cultura da mandioca no município; o Prodemur (Programa de Desenvolvimento Municipal Urbano e Rural) no qual há o Projeto Fazenda Comunitária; o Atenção a Criança Excepcional, onde a prefeitura dá todo apoio a criança especial, pois, como no município não há unidade da Apae (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), é disponibilizada assistência e transporte para a unidade mais próxima, no município de Nazareno.

Os aspectos positivos mais evidentes nas falas são: a presença de projetos inovadores e o estabelecimento de uma boa relação com a população. Porém, apesar dessa boa relação, nota-se uma concentração de poder no executivo municipal. Quando a população é convidada para a discussão, a pauta já vem formatada pelo poder público. Há ainda, como fator negativo, a dificuldade de despertar interesse da sociedade, que, por sua vez, não se envolve totalmente. Destaca-se ainda o coronelismo, como um aspecto que ainda não tinha sido identificado nos municípios analisados.

Dentre os projetos/programas listados, destaca-se o Prodemur, mais especificamente o projeto Fazenda Comunitária, por ser um projeto inovador, bem estruturado e planejado. Há um documento (Lloyd, 2002) sobre o programa onde são destacados histórico, missão, desafios, metas, justificativa, objetivos, plano de ação/execução, avaliação, validação e referências. Um representante do poder público descreve bem esse e outros programas/projetos:

“Olha, nós temos 16, nós temos 16 programas contando com os projetos sociais e todos eles tão em funcionamento, mas os programas que mais eu vejo hoje avançar são dois programas que avançaram bem, e que hoje tão dando sustentação à comunidade; primeiro é a Fazenda Comunitária, esse processo de parceria da prefeitura e às famílias pobres da cidade que não têm aonde plantar um pé de couve, ou de qualquer verdura que venha manter o seu alimento ou auxiliar no seu alimento e o município se preocupou com isto e fez com que a doação de uma cesta básica não seria suficiente, porque você não atenderia a necessidade, e estaria gastando 30 vezes mais do valor que seria, se gastaria com o programa. Eu já falei, nós gastamos R$ 80.000,00 por ano num Programa composto de 16 projetos e se a gente doasse cestas básicas, nós gastaríamos com 60 famílias, R$ 230.000,00 por ano e ficariam 15 projetos. Então a Fazenda Comunitária ela é composta de 3 diversidades de produto, milho, feijão e arroz, aonde 70% da colheita é entregue pras famílias que participam do Programa ativamente, um dia por semana, cada, cada representante. 70% vai pras famílias que participam ativamente do programa. E é importante que esse cidadão só vai um dia da semana na Fazenda. Cada semana, quem vai numa 2ª feira vai toda 2ª feira, então um pai de família tem cinco dias ainda pra trabalhar em outro serviço pra sustentar sua família, porque é bem programado o calendário. Na colheita eles pegam 70% do produto colhido, do milho, do feijão e do arroz, agora nós estamos implantando o programa da mandiocultura que é uma coisa também que a gente já vem pesquisando isso há 3 anos, não totalmente concluída a pesquisa, mas a gente já avançou bastante nisso, e dos 30% que ficam pra prefeitura 10% é distribuído para os idosos e deficientes que não tiveram condição de participar do programa por falta de saúde ou de outra coisa, 10% ele faz a produção de semente para o próximo ano e divide também a sobra daquela semente, o que é classificado vai pra somente, e o que é desclassificado em semente ele vai como alimento que é pras mães solteiras e viúvas que não tiveram condições porque tem que tá do lado de seus filhos e 10% vão pra merenda escolar. Essa é uma merenda rica, nós não compramos fubá, não compramos arroz, e nem compramos feijão porque nós produzimos, então nós temos condição de dar uma boa merenda, bem nutriente, produzida pela gente. Então o programa ele é um programa que, graças a Deus deslanchou. E outro programa é a plantação do maracujá que é, toda ela programada pelo município e desenvolvida pela EMATER. O maracujá hoje e outras fruticulturas também que estão se desenvolvendo, a EMATER é a responsável. Os outros programas como distribuição de leite pra crianças carentes também é um outro programa que avançou bastante, hoje a criança aqui não tem desnutrição, eu tinha dificuldade, criança no hospital ninguém sabia porque que tava no hospital e era criança passando fome, não tinha uma alimentação sadia. Temos também a possibilidade de levar até pra outras pessoas também, com idade maior, vejamos o seguinte: uma criança que tenha completado seis anos, três anos, mas que tem o problema de desnutrição nós também doamos leite pra ele, pra recuperar a própria vida, pra daqueles que têm problemas; nós temos um outro programa muito bom que é o programa de atenção à criança excepcional, na área da APAE, também nós damos total atenção, 25 alunos da APAE é totalmente cuidado pelo município é pena que não tem APAE em [nome do município], é um projeto pra este ano que já tá em [nome do município], mas nós temos um carro de 16 lugares que transporta bem, nós temos um professor que cuida, que acompanha, nós temos a parceria da APAE de Nazareno, onde nós já ajudamos financeiramente a APAE sobreviver, e temos outros programas, temos outros programas, digamos assim, nós temos hoje o

> artesanato, nós temos o crochê, bordado, pintura, desenho, todos esses programas são mantidos pelo município com isso é impossível de R$ 80.000,00 por ano; então que que foi feito, feito um processo de, do programa, feito um processo de custo pra gente saber o meio mais fácil de você atender a todos com pouco dinheiro e dar o máximo de atenção e as pessoas se sentem realizadas porque tiveram oportunidade de receber aquilo que é do direito deles, e nós temos outros programas já encantados que é esse que eu falei da mandiocultura, a mandiocultura, eu tenho certeza de que ele vai ser um sucesso, até porque o cidadão que planta mandioca, ele não colhe ela logo de imediato, mas ele vem se socorrendo com o feijão e o arroz e o milho, e quando chega o final do ano que é a hora do desespero de todo mundo, que é aonde ele precisa ter despesas a mais por causa de festas de fim de ano, ela vai ter a produção da mandioca que ele vai vender e ter uma receita extra pra ele sobreviver. Isto aí o município tá fazendo pra poder ajudar as famílias carentes." (RPP – F).

Apesar da qualidade do projeto Fazenda Comunitária, há problemas no que diz respeito à conscientização e mobilização das famílias. Como o sucesso do projeto depende do empenho dos envolvidos, quando o grupo responsável por um dos dias da semana não executa bem suas tarefas, há uma reação em cadeia, criando um mal estar entre os demais beneficiários do programa. Porém o trabalho de contato com as famílias parece bem feito, com muito diálogo, estímulo e envolvendo as pessoas no processo.

> "A Fazenda Comunitária são três fazendas distintas. Uma fazenda só feijão, uma outra fazenda, arroz e milho, porque nos temos a parte alta e a parte baixa, e uma outra fazenda que é essa experimental da mandioca. A seleção foi um processo que a gente fez de casa em casa, convidando as pessoas isso tá dentro do programa e buscando pessoas pra participar e pedindo que eles se interessassem e fizessem o trabalho junto a sua rua, sua comunidade, seu bairro, convidando parentes. Nós tivemos uma dificuldade muito grande no início porque existia rixa entre famílias, família com família, e outros em bairro, eu não gosto de fulano, nós tivemos um trabalho muito grande de conscientizar essas pessoas pra elas formar um grupo que trouxesse dentro de si próprio a consciência que eles tinham necessidade de participar da fazenda, e que também eles tinham capacidade de produzir o seu próprio sustento. Depois de uns três meses que a gente começou a fazer, reunir as pessoas, pessoas mais velhas das famílias, que tem um caso aqui de uma senhora, por exemplo, depois de uns irmãos que tinham uma filha, uma senhora com 62 anos de idade, com problemas de saúde, que resolveu participar da fazenda comunitária, de início ajudar a unir a família pra que todos participassem, e depois ela se entusiasmou a ir pra fazenda também e na fazenda ela foi modelo com 62 anos de idade, começou a recuperar a saúde, se sentir gente e ela mesmo diz: 'eu hoje eu me sinto gente, eu tava perdida dentro, dentro da minha casa, sem poder fazer nada, me sentia uma pessoa totalmente sem função e hoje eu me sinto realizada por eu estar participando deste programa.' Com esse trabalho de conscientização muitas pessoas duvidaram que tivesse sucesso, porque? Porque nunca viu, ninguém sabia se haveria interesse por parte da prefeitura e ainda umas coisas que era preciso que a gente tomasse conhecimento e era uma responsabilidade da prefeitura até porque,

> quem é responsável pelo município? O prefeito, o prefeito tem que criar e tem que criar o orçamento e depois desse orçamento tem aí o recurso. Tem R$ 100.000,00 este ano, é previsão nossa, mas ele tem R$ 100.000,00 este ano já destinados às fazendas comunitárias e além das fazendas comunitárias os outros projeto sociais que são embutidos no Prodemu, que o Prodemu é esse programa, são vários projetos que são embutidos." (RPP – F).

Representantes da sociedade civil concordam com a dificuldade de mobilizar e motivar a população.

> "Minas Gerais tem um pessoal assim, muito acomodado, cê entendeu, um pessoal que prefere ficar lá atrás, esperando os acontecimentos e passa ano e entra ano e passa um e passa outro. Então são muito poucos aqueles mesmo que têm a coragem, você entendeu, que tem visão, né, pelo menos um pouquinho de visão, aí esses vão, esses gostam; mas nem todo mundo, por exemplo, aqui nós temos aqui, nós temos aqui muitas famílias carentes, mas, carentes assim, sabe, de bater na porta do governo e exigir uma coisa que eu chamo até de esmola moral que é o pior, entendeu, porque esmola é triste, moral é pior ainda, né, exatamente porque não quer lutar, cê entendeu? Porque não quer lutar." (RSCO – F).

Outro ponto importante presente nos discursos é a presença da palavra "coronel". Representantes da sociedade denunciam a corrupção e citam expressões como "coronel de patente" e "curral eleitoral".

> "... um município assim como este é, porque quem comandava os municípios assim, os chamados coronéis, né, que é chamado de coronel de patente; que acabou isso, mas no coração das pessoas ainda não acabou, que existe o chamado curral que a gente conhece, né, que a gente chama de curral eleitoral. Se você fizer tudo direitinho como eu quero, né. E eu acho que o Brasil precisa acabar com isso, sabe, eu acho que nós precisamos, é, entender que o país, ele só vai pra frente a partir do momento que nós quisermos participar, direta ou indiretamente, né, sem esse tipo de corrupção. A partir daí, com certeza vai, mas é difícil, né?" (RSCO – F).

Em síntese, percebe-se a presença de boas iniciativas e até inovadoras, porém, a imagem que fica é a da falta de uma discussão, interação, na concepção dos projetos/programas. Na imensa maioria das vezes, é o governo que cria as ações e posteriormente estabelece a interação com a sociedade, porém, para que a as redes possam ser construídas a partir da relação entre sociedade e governo é extremamente importante que ambos interajam desde o início.

FIGURA 15: Síntese da análise do município F.

Município F	
Campo: Estado/política pública	
Aspectos positivos	**Aspectos negativos**
➢ Boa relação com a população; ➢ Informação livre. ➢ Projetos inovadores de iniciativa local.	➢ Desinteresse e dificuldade em motivar a população; ➢ Poder concentrado; ➢ Presença do Coronelismo.
As práticas de DL baseadas na interação entre sociedade e poder público contribuem de forma restrita para a formação de redes sociais, pois falta diálogo na concepção dos projetos/programas sociais realizados no local.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desta forma o campo que parece dominar é Estado/políticas públicas, pois o governo local estabelece relações tanto entre os órgãos da própria prefeitura e/ou com instituições da sociedade civil, no entanto peca no momento em que permite a participação da população.

De forma geral, considerando a análise dos seis municípios, com seus aspectos positivos e negativos, e recorrendo a figura 05 deste trabalho, pode-se ressaltar quais as características sobressaem (fig. 16 – em cinza estão às características que predominaram) como positivas: informação livre e valorização das questões culturais; e como negativas: estrutura rígida, fluxo de decisões hierárquico, estrutura rígida, poder concentrado, disciplina e comando, delegação de poder, democracia representativa, e desenvolvimento de cima para baixo.

FIGURA 16: Aspectos positivos e negativos da variável ‘redes sociais’ que sobressaem nos conjunto de municípios analisados.

REDES SOCIAIS	
Campos: Interpessoal (0); movimentos sociais (1); Estado/política pública (4); produção/articulações (1).	
Aspectos positivos	**Aspectos negativos**
➢ Igualdade e complementariedade; ➢ Trabalhos cooperativos, participativos e democráticos; ➢ Poder desconcentrado; ➢ Informação livre; ➢ Corresponsabilidade; ➢ Delegação de responsabilidades; ➢ Democracia participativa (deliberativa); ➢ Desenvolvimento de baixo para cima; ➢ Valorização das questões culturais;	➢ Estrutura rígida; ➢ Fluxo de decisões hierárquico; ➢ Poder concentrado; ➢ Informação é poder; ➢ Disciplina e comando; ➢ Delegação de poder; ➢ Democracia representativa; ➢ Desenvolvimento de cima para baixo; ➢ Desvalorização da cultura local;

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS[17]

O desenvolvimento local com cidadania é um desafio. Centrar essa discussão no território, onde todos os nós (atores) sejam, ou tenham condições de ser, protagonistas; e onde as decisões tenham origem em processos de discussão (inter-relações), se torna mais difícil ainda. Neste sentido, a região analisada apresenta boas perspectivas, porém há muito que se trabalhar para construir um tecido que proporcione condições para esse desenvolvimento sustentável e deliberativo.

Considerando os quatro campos (interpessoal, movimentos sociais, Estado/políticas públicas e produção/circulação) nos quais as redes sociais podem surgir, percebe-se que em apenas um município (D) predominou o campo produção/circulação, em outro (C) movimentos sociais, e nos outros quatro municípios (A, B, E e F) a supremacia foi do campo Estado/políticas públicas. Em nenhum município o campo interpessoal foi destaque.

O que predomina entre as cidades analisadas é um domínio dos governos locais na articulação para o desenvolvimento. Os projetos, na maioria das vezes, são criados e planejados dentro da prefeitura e só depois divulgados e partilhados com a comunidade. Os governos erram no momento em que chamam a população para discutir. Seria importante que a interação se desse o quanto antes, se possível, na concepção dos programas/projetos, de modo que o envolvimento de todos fosse efetivo, aumentando, desta forma, a possibilidade de sustentabilidade, mesmo que mude o governo e/ou os partidos que estão no poder.

Como aspectos positivos destacam-se, no conjunto dos municípios analisados, a informação livre e a valorização das questões culturais. De forma geral, as prefeituras são receptivas as dúvidas e questionamentos da população e, além disso, há uma boa rede de divulgação das suas ações por meio das igrejas, rádios, jornais e alto-falantes. Quanto às questões culturais a região se mostrou rica em artesanato e festas típicas como a festa da fogueira e o carnaval de rua, que proporcionam espaço de alegria e interação para a população.

[17] As considerações aqui feitas devem ser entendidas como restritas ao conjunto de municípios analisados, não devendo ser generalizada para outras regiões e/ou municípios livremente.

Já como aspectos negativos predominantes no grupo de municípios analisados tem-se: a estrutura rígida, separando bem as funções da prefeitura e das instituições da sociedade civil; o fluxo de decisões hierárquico, que predomina sobre os trabalhos cooperativos, participativos e democráticos; o poder concentrado na mão dos prefeitos; a disciplina e o comando por parte do poder público local; a delegação de poder, ao invés de delegar responsabilidades; a democracia representativa predominante sobre a deliberativa, visto que a vitória nas urnas, parece dar aos eleitos a autonomia de tomar decisões segundo suas percepções; e, finalmente, o desenvolvimento de cima para baixo, já que primeiro, na maioria das vezes, é o governo de cada local que conduz a política de desenvolvimento dos municípios.

Neste contexto, procurando atender ao objetivo desta dissertação que foi verificar se as práticas de desenvolvimento local, nos micromunicípios da microrregião de Lavras (MG), têm contribuído para a formação e/ou fortalecimento de redes sociais, pode-se dizer: quanto ao fortalecimento, que não há possibilidade, pois as redes sociais estruturadas, como entendemos, não existem ou são muito embrionárias, predominando, nos municípios estudados, a estrutura piramidal. E no caso de formação, destaca-se que há mais aspectos negativos do que positivos para o desenvolvimento destas redes, porém algumas iniciativas apontam para a possibilidade de criação. Assim, conclui-se que as práticas de desenvolvimento local contribuem, ainda, de forma muito incipiente e limitada para a formação de redes sociais nos municípios estudados. Incipiente porque as iniciativas identificadas que apontam para a criação são recentes e em estágio de estruturação; e limitada pois há muitos aspectos negativos que dificultam a construção.

Apesar disso, a região estudada tem muitas características positivas como: potencial turístico, com lagos formados pelas hidrelétricas, cachoeiras e artesanatos; presença de muitos projetos elaborados pelos governos e/ou sociedade local, sendo alguns inovadores; possui um pólo educacional, localizado na cidade de Lavras, com duas universidades (Ufla e Universidade de Lavras) e duas faculdades (Gammom e Adventista); presença de grandes empresas, inclusive nos municípios menores; e excelente localização, visto que é cortada pela rodovia Fernão Dias, e se encontra entre três grandes pólos econômicos do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo).

Assim, possui grande possibilidade de promover um desenvolvimento com cidadania utilizando as redes sociais, porém, o caminho parece longo. É certo que as premissas sobre desenvolvimento local, cidadania deliberativa e redes sociais apresentadas neste trabalho são bastante ambiciosas. Alguns teóricos diriam utópicas. Porém é importante tê-los como meta, uma referência, um ideal, para que possamos nos aproximar o máximo possível. Impossíveis elas não são, pois temos exemplos, inclusive neste texto, demonstrando que o crescimento pode acontecer paralelamente ao desenvolvimento social, com a sociedade participando ativamente das discussões e sendo respeitada como um nó importante no processo.

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

- Replicar a metodologia para outras regiões ou municípios; ou analisar a mesma região tendo como referência outras formas de promover o desenvolvimento local com cidadania, como as destacadas na figura 3 (Agência de desenvolvimento local, conferência, agenda 21 local; conselhos; consórcios intermunicipais; DLIS; fóruns, orçamento participativo; parcerias; pólo de desenvolvimento);

- Foi verificado a presença de grandes grupos empresarias na região, assim, seria importante estudar a criação de redes a partir da relação entre empresas e Estado, ou empresas e sociedade;

- Realizar estudo semelhante na cidade pólo, questionando a contribuição do polo educacional para o desenvolvimento da região;

- Replicar o estudo, utilizando o mesmo referencial, em outros micromunicípios e/ou outras microrregiões.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. "O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural", *Anais do Seminário Internacional "Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável"*, Fortaleza: MDA/Nead, pp.301-311. 1998.

_____. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Relatório de Pesquisa, IPEA, Projeto BRA/97/013, São Paulo, Rio de Janeiro, junho de 1999 (mimeo).

ALENCAR, Edgar; GOMES, Marcos A. O. *Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. "Nova dinâmica regional e novas formas e estratégias de intervenção". In:*Conferência apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Economistas*. Recife, 10 a 14/09 de 2001.

_____. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC*. Belém: 1999.

AMARAL, Vivianne. *Redes sociais e redes naturais:* a dinâmica da vida. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm> Acesso em 18 ago. 2004.

ANDION, Carolina. "Análise de redes e desenvolvimento local sustentável". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.37, n.5, p.1033-1054, set/out. 2003.

AROCENA, José. Descentralización e iniciativa, una discusión necesaria. *Cuadernos del CLAEH*. Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, no. 51, 2ª série, Ano 14, 1989/3, pp.43-56.

_____. Discutiendo la dimensión local. Las coordenadas del debate. In: Descentralizacion y Desarrollo Local. *Cuadernos del CLAEH*. Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, no. 48, 2ª série, Ano 13, 1988/1-2, pp.7-16.

_____. *El desarrollo local: un desafío contemporaneo*. Centro Latinoamericano de Economía Humana – CLAEH/Universidad Católica del Uruguay/Editorial Nueva Sociedad, 1995, 1ª. Ed.

_____. Las municipalidades uruguayas frente a los desafíos del desarrollo. *Cuadernos del CLAEH*. Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, no.62, 2ª série, Ano 17, 1992/2, pp.77-91.

_____. Lo global y lo local en la transición contemporánea. *Cuadernos del CLAEH*, no. 78-79, Montevideo, no. 78/79, 2a. série, año 22, 1997/1-2. pp.77/92.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *No município sempre a educação básica do Brasil.* Campo Grande: UCDB, 1999.

AVRITZER, Leonardo. "Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 561-597.

BABIE, Earl. *Métodos de pesquisa de survey.* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BALDI, Mariana e LOPES, Fernando Dias. 'Rede – forma híbrida ou nova forma?' *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão,* Lisboa/Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.32-46, out/dez. 2002.

BANDEIRA, Pedro. "Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional". In: *Texto para discussão nº 630*. Brasília: IPEA, 1999.

BARBOSA, Maria Tereza S.; BYINGTON, Maria Rita L. e STRUCHINER, Cláudio J. Modelos dinâmicos e redes sociais: revisão e reflexões a respeito de sua contribuição para o entendimento da epidemia do HIV. *Cadernos de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, 16(sup. 1):37-51, 2000.

BAVA, Silvio Caccia. "Democracia e Poder Local". In: *Participação popular nos governos locais.* São Paulo: PÓLIS, 1994. p. 03-09.

BECKER, Dinizar (Org.*). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BECKER, Dinizar e BANDEIRA, Pedro S (Orgs.). *Desenvolvimento local-regional. Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. *Desenvolvimento local-regional. Respostas regionais aos desafios da globalização.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BENDIX, Reinhrad. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EdUSP, 1996.

BENEVIDES, Maria Vitória. "Democracia e Cidadania". In: Participação Popular nos Governos Locais. *Cadernos Pólis*, n. 14, São Paulo: Pólis, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro* - O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1988.

BOBBIO, Norberto e VIROLI, Maurizio. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOBBIO, Norbeto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento*. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m23-brandao.doc> Acesso em 22 abr. 2004.

BRINKERHOFF, Derick W. State-civil society networks for policy implementation in developing countries. *Policy Studies Review*. Vol. 16, N. 1, p. 123-147, spring 1999.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local:* 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BRUGUÉ, Q. & GOMÀ, R. *Gobienos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1998.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CABRAL, Bernardo. *O município e a cidadania*. Brasília: Senado Federal, 1996.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Aprendendo a votar*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: sudeste. Brasília: IPEA, 2001.

CARMINO, V. R. & MULLER, S. *Sostennibilidad de la agricultura y los recursos naturales; bases para estabelecer indicadores*. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Cooperación para Agricultura/Proyecto IICA/GTZ. 1993.

CARMO, Silvia Bacellar do; FALCOSKI, Luiz Antônio. Agenda 21 Local como Instrumento de Planejamento Participativo: Municípios de Santos e Piracicaba. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, IX, 2003, Salvador. *Anais...* Salvador, 2003. CD-ROM.

CARVALHO, J. O. *Projeto Áridas* - Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste. GT VI- Políticas de Desenvolvimento e Modelo de Gestão. VI. 5 - Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Regional, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. "Participação social no Brasil hoje". *Polis Papers*. n. 02, 1998. Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>. Acesso em 04 jun. 2004.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede.* 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Maria Helena. "Reforma do Estado e democratização do poder local" In: VILLAS-BÔAS, Renata e TELLES, Vera, Organizadores. *Poder local, participação popular, construção da cidadania.* São Paulo: Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais, 1995. p. 11-14.

COELHO, Franklin Dias. “Reestruturação Econômica, Políticas Públicas e as Novas Estratégias de Desenvolvimento Local”. In: BAVA, Silvio Caccia, *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, pp.45-62.

COGGIOLA, Osvaldo. *Autodeterminação nacional*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

COMINI, Graziela; LIN, Fu Kei; TYSZLER, Marcelo. ‘Dificuldades e desafios da sociedade civil organizada em rede: um estudo de caso de redes locais de atenção à criança e ao adolescente no Brasil’. In: Encontro de Estudos Organizacionais, III, 2004, Atibaia. *Anais*... Atibaia, 2004. CD-ROM.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Unijuí, 2002, 3ª ed.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Por uma cultura de cooperação:* capital social e mobilização empresarial de base. Brasília: SEBRAE, 2002.

CRAGNOLINO, E. “Un proyecto de desarrollo local rural en argentina: el enfoque y los desafíos”. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro, 2000. CD-ROM.

DANIEL, Celso. “Gestão Local e Participação da Sociedade Civil”. In: *Participação popular nos governos locais.* São Paulo: PÓLIS, 1994. p. 21-41.

DEMANT, Peter. *Direitos para os excluídos*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

DEMO, Pedro. *Participação é uma Conquista:* Noções da política social participativa. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DOWBOR, Ladislau & BAVA, Silvio Caccia. “Políticas Municipais de Emprego”. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, pp.7-28.

DOWBOR, Ladislau. “A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento”. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, pp. 29-44.

DUARTE, Renato. "A Proposta de Industrialização do GTDN". In: Tania Bacelar e Renato Duarte. *O GTDN da Proposta à Realidade: Ensaios sobre a Questão Regional*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio XXI:* o dicionário de língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FISCHER, Fernando; NASCIMENTO, Antônio. 'Projeto Rede Pintadas'. In: LOTTA, Gabriela Spanghero; BARBOSA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antônio C. e PINTO, Verena. *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003. p. 09-24.

FISCHER, Tânia. Gestão contemporânea, Cidades Estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In. Tânia (org.). *Gestão estratégica: Cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

FONT, J. *Democràcia i participació ciutadana*. Barcelona: Fundació Bofill, 1998.

_____. *Ciudadanos y decisiones públicas*. Barcelona: Ariel, 2001.

FONT, J., BLANCO, I., GIMÉNEZ, L., PINEDA, L. et.all. *Participació ciutadana i Govern Local. Els Consells Ciutadans*. Barcelona: Mediterrània, 2000.

FONT, N. & SUBIRATS, J. et all. Local e Sostenible. Barcelona: Icària, 2000.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. 2 ed. Brasília: Instituto de Política/Millenium, , 2000.

FRANTZ, Walter. "A experiência dos conselhos regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul: participação e educação política". In: *Coleção cadernos UNIJUÍ*. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. *A cidade entre os romanos*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Perfil de Minas Gerais 2001*. Belo Horizonte: FJP, 2001.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira.* 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Formação Econômica do Brasil.* 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

_____. *Um Projeto para o Brasil.* Rio e Janeiro: Saga, 1968.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Rosalind. 'Análise de discurso'. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:* um manual prático. Ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 244-270.

GOMES, Flávio dos Santos. *Sonhando com a terra, construindo a cidadania*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES, Gustavo Maia & VERGOLINO, José Raimundo. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994.* Brasília, lpea, 1995 [texto para discussão n. 372]

GOMES, Mércio Pereira. *O caminho brasileiro para a cidadania indígena*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

GONZALEZ, Marina. "Conferências de Políticas Públicas". *Repente.* São Paulo: Polis, n.18. 2003. Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes/repente.html>. Acesso em 04 jun .2004.

GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. *Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Cidades-estado na Antiguidade Clássica*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HADDAD, P. R. (org.). *Economia Regional – Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB, 1989 cap. 10.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOORNAERT, Eduardo. *As comunidades cristãs dos primeiros séculos*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

HOYOS, Juan Bardalez (org.). *Desenvolvimento sustentável: um novo caminho?* Belém: UFPA, NUMA, 1992. 119p. – (Universidade e Meio Ambiente, n.3).

JACOBI, Pedro. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JUNQUEIRA , Luciano A. Prates. 'Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde'. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.34, n.6, p.35-45, nov./dez. 2000.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, liberdade e cidadania*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

KONDER, Leandro. *Idéias que romperam fronteiras*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

KONDER, Rudolfo. *Trevas e luzes: a Anistia Internacional*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LLOYD, Paula Regina Wenceslau. *PRODEMUR – Programa de Desenvolvimento Municipal Urbano e Rural.* Itutinga: Prefeitura Municipal, 2002.

LOIOLA, Elizabeth e MOURA, Suzana. 'Análise de Redes: uma contribuição aos estudos organizacionais'. In: FISCHER, Tânia (org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégias e organizações locais.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 53-68.

LUCA, Tânia Regina de. *Direitos sociais no Brasil*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

MANDELL, Myrna P. *Community collaboration: working through nerwork structures*. Policy Studies Review. Vol. 16, N. 1, p. 42-64, spring 1999.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis/Vozes, 3ª ed, 1985.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSIGLIA, Javier & PINTOS, Graciela. "La construcción del desarrollo local y regional. Actores, estrategias y nuevas modalidades de intervención". *Cuadernos del CLAEH*, no. 78-79, Montevideo, 2a. série, año 22, 1997/1-2. pp.93/110.

MARSIGLIA, Javier. "Desenvolvimento e Gestão Local: Temas e Atores em um Cenário de Mudanças". In: BAVA, Silvio Caccia, Org. *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, p.63/74.

_____. Sociedad civil y Estado: relaciones en tránsito (un aporte para el análisis de la intervención social). *Cuadernos del CLAEH*. Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, no. 71, 2ª série, Ano 19, 1994/3, pp.133-143.

MELO, Vanessa P.; OLIVEIRA, Maria Teresa C. Sá de; PASTANA, Caroline; AKUTSU, Luiz e PEREIRA, Arlindo. 'Consórcio Intermunicipal do Valer do Jiquiriçá – Bahia: uma análise sob a ótica das configurações em rede'. In: Encontro de Estudos Organizacionais, II, 2002, Recife. *Anais...* Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. CD-ROM.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 5 ed.. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira*. 2004. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.cfm>. Acesso em 19 maio 2004.

MONDAINI, Marco. *O respeito aos direitos dos indivíduos*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim. *Cidadania no feminino*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

MOULIAN, Tomás. *Socialismo del siglo XXI: la quinta vía*. Santiago de Chile: Ed. LOM, 2001.

MOURA, Maria Suzana; MELO, Vanessa P.; CASTRO, Rócio; MEIRA, Ludmila; LORDÊLO, José Albertino C. 'Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas'. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.36, n.4, p.609-626, jul./ago. 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política*: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVY, Andreas. *A des-ordem da periferia:* 500 anos de espaço e poder no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2002.

ODALIA, Nilo. *A liberdade como meta coletiva*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. "Reforma do Estado e democratização do poder local" In: VILLAS-BÔAS, Renata e TELLES, Vera, Organizadores. *Poder local, participação popular, construção da cidadania.* São Paulo: Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais, 1995. p. 05-10.

PASSADOR, Cláudia Souza. 'Políticas públicas, redes e agricultura familiar em debate: a experiência do Governo do Paraná'. In: Congresso Internacional do CLAD, VIII, 2003, Panamá. *Anais*... Panamá, 2003. CD-ROM.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Livraria Morais, 1967.

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. *Igualdade e especificidade*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime. *Os profetas sociais e o deus da cidadania*. In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Bassanezi (Orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTUAL, Pedro. "Por uma Pedagogia da Participação Popular". In: *Participação popular nos governos locais.* São Paulo: PÓLIS, 1994. p. 63-68.

POSSAS, Mario Luiz. "Elementos para uma integração micro-macrodinâmica na teoria do desenvolvimento econômico". In: *Revista Brasileira de Inovação*. Vol. 1; ano1, jan-jun 2002, pp 123-150.

PROGRAMA Gestão Pública e Cidadania. *Histórias de um Brasil que funciona.* São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002.

PROJETO DLIS. *O que é DLIS?*. Disponível em <http://www.dlis.org.br>. Acesso em: 19 maio 2004.

PUTNAM. R. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2000.

RATTNER, Henrique. "Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável". Pp. 13-40. In: Hoyos, Juan Bardalez (org.). *Desenvolvimento sustentável: um novo caminho?* Belém: UFPA, NUMA, 1992. 119p. – (Universidade e Meio Ambiente, n.3).

RIBEIRO, Costa Wagner. *Em busca da qualidade de vida*. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Octávio. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. "Para ampliar o cânone democrático". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de Março de 98.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. *A participação popular na administração pública: o direito de reclamação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SICSÚ, Abraham B. & DIAS, Adriano Batista. "O Resgate de Propostas Esquecidas: A Preocupação com o Avanço Tecnológico". In: Tania Bacelar e Renato Duarte, *O GTDN da Proposta à Realidade: Ensaios sobre a Questão Regional*. Recife: Universitária, 1994.

SINGER, Paul. *A cidadania para todos*. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, José Arlindo & GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José Arlindo & BAVA, Silvio Caccia (Orgs). *Os desafios da gestão municipal democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-96.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 5 ed. São Paulo: Cortez., 1996.

SUBIRATS, J. *Educación y Gobierno Local*. Bracelona, Ariel, 2001.

SUBIRATS, J., BLANCO, J., BRUGUÉ, Q., FONT, J., GOMÀ, R., JARQUE, M., MEDINA, L. *Experiències de participació ciutadana en els municipis catalans*. Escola d'Administració Pública de Catalunya, 2001.

TAVARES, Hermes M. "Planejamento microrregional e consórcios intermunicipais". In: Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, v.4 nº144, 1977.

TENÓRIO, Fernando Guilherme & ROZENBERG, Jacob Eduardo. “Gestão Pública e cidadania: metodologias participativas em ação”. *Revista de Administração Pública,* Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul/ago. 1997.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Coord.). Administração de projetos comunitários: uma abordagem prática. Rio de Janeiro-São Paulo: CEDAC-Editora Loyola, 1995.

_____. Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática. Rio de Janeiro-São Paulo: CEDAC-Editora Loyola, 1995.

_____. *Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática*. Rio de Janeiro-São Paulo: CEDAC-Editora Loyola, 1995.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. “¿ Gestión pública o gestión social? Um caso de estudio”. In: *Revista Chilena de Administración Pública*. Santiago: RCAP – Seccioón Intenacional, vol II, nº 4, 2003.

_____. “A sociedade é protagonista na relação com o Estado?” In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP/FGV, fev./2000, vol. 15.

_____. “Aliança e parceria: uma estratégia em Alves & Cia.” Revista de Administração Pública Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 34 (3): 35 – 52, mai./jun./2000.

_____. “Inovando com democracia, ainda uma utopia”. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem Razão a Administração? Ensaios de teoria organizacional e gestão social*. Ijuí (RS): Unijuí, 2002. p. 195-216.

_____. “O Mito da Participação”. *Revista de Administração Pública,* Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.162-164, maio/jul. 1990.

_____. “Programa de Capacitação Comunitária para o Desenvolvimento Regional – o local como referência: proposta pedagógica e metodológica”. In: *Revista de Administração Pública - Boletim PEGS* – Parte II – Rio de Janeiro 34 (2): 147 – 51, mar./abr./2000 (et all).

_____. *Manual de coordenação e gerência de projetos de desenvolvimento rural*. Recife: SUDENE/BIRD/PNUD, 1986.

_____. *Roteiro-padrão para análise institucional do setor publico agrícola nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/FGV/EIAP, 1976.

VACHON, Bernard. *Le développement local*. Théorie et praticque. Montreal: Gaetan-Morin, 2001.

VAINER, C. B. "Grandes Projetos e Organização Territorial: Os Avatares do Planejamento Regional". In: MARGULIS, S. *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

VAZ, José Carlos. "Consórcios Intermunicipais". *Boletim DICAS*, São Paulo: Polis, AA n.97, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILAÇA, Marcos Vinicios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

WHITAKER, Francisco. 'Rede: uma estrutura alternativa de organização'. *Revista Mutações Sociais*, Rio de Janeiro, CEDAC, ano 1, n.3, mar./abr./maio 1993.

YIN, Robert K. *Case study research: disign and methods*. Newbury Park. CA: Sage Publications, 1989.

ZERON, Carlos. "A cidadania em Florença e Salamanca". In: Pinsky, Jaime, PINSKY, Carla (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

ANEXOS

Anexo A: Informações sobre o município de IJACI

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS
Área: 105,93 Km2
Altitude:

máxima:	1044 m
local:	Serra do Jaci
mínima:	889 m
local:	Foz Corrego Lajinha

ponto central da cidade: 840 m

Temperatura:

média anual:	19,4 C
média máxima anual:	26,1 C
média mínima anual:	14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm
Relevo:

topografia	%
Plano:	20
Ondulado:	45
Montanhoso:	35

Principais rios:

CORREGO PIRAPUM
RIO CAPIVARI

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal (Reais Correntes)
2000-2003

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	413.830	134.697	548.527
2001	3.655.262	231.026	3.886.288
2002	4.998.987	373.263	5.372.250
2003	8.280.224	209.408	8.489.632

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente
1970,1980,1991,2000,2003

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	1.511	1.931	3.442
1980	2.399	1.216	3.615
1991	3.214	1.259	4.473
2000	4.074	985	5.059
2003(1)			5.246

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	Nº DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	761
Industrial	460
Comércio de Mercadorias	218
Serviços	630

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

- Belo Horizonte: 232
- Rio de Janeiro: 440
- São Paulo: 390
- Brasília: 960
- Vitória: 715

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-265, MG-335, BR-381

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

BOM SUCESSO
PERDOES
LAVRAS
ITUMIRIM
IBITURUNA

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Ferrovia Centro Atlântica - FCA
Estrada de Ferro Vitória Minas
Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica

V. Atividades Econômicas

Principais Empresas Industriais Classificadas Segundo o Número de Empregados (2000)

- EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS:
INDUSTRIA DE CAL SN LTDA , CAL STA HELENA IND COM T LTDA , JOSE BONIFACIO DE ALVARENGA & FILHOS LTDA , INDUSTRIA DE CAL LILI LTDA, QUIMICA & MINERIOS LTDA , STONE MINERACAO LTDA

- FABRICACAO DE PRODUTOS DE MINERAIS NAO-METALICOS:
MOAGEM PINHEIRO & ALVARENGA LTDA , MINERACAO TERRA NOVA LTDA

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE - CEMPRE
OBS: Inclui apenas empresas com 10 ou mais empregos

Agropecuária

Principais Produtos Agrícolas - 2003

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz em casca sequeiro	68	95	1.397,06
Arroz em casca varzea umida	50	100	2.000,00
Banana (2)	12	90	7.500,00
Cana-de-acucar	10	800	80.000,00
Café	470	508	1.080,85
Feijao (1a.safra)	120	72	600,00
Feijao (2a.safra)	70	50	714,29
Laranja (1)	9	108	12.000,00
Mandioca	6	108	18.000,00
Milho	550	2.970	5.400,00
Tomate (de mesa)	5	275	55.000,00

Fonte:Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1)Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha
(2)Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Pecuária - Principais Efetivos - 2002

ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
ASININOS	5
BOVINOS	5.850
COELHOS	90
EQUINOS	460
GALINACEOS	26.480
MUARES	30
OVINOS	125
SUINOS	1.240

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VI. Reservas Minerais

ARGILA
CALCARIO
Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

VII. Ensino

1o. GRAU
2o. GRAU
Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)
CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)
Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VIII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR
Emissoras de Rádio: 0 (2001)
Jornais: 0 (2000)
Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

IX. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO 1999-2003

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	1.611.446	1.710.258	2.181.095	4.478.698	102.791.086
no. consumidores	30	31	32	38	34
Comercial					
consumo (KWh)	190.757	205.993	233.960	291.256	284.587
no. consumidores	61	64	88	92	103
Residencial					
consumo (KWh)	1.611.921	1.621.897	1.465.873	1.539.646	1.594.349
no. consumidores	1.165	1.210	1.257	1.395	1.433
Rural					
consumo (KWh)	940.694	984.414	852.145	921.988	879.081
no. consumidores	228	230	238	244	268
Outros					
consumo (KWh)	678.809	724.354	646.731	756.173	790.410
no. consumidores	27	28	27	30	31
Total					
consumo (KWh)	5.033.627	5.246.916	5.379.804	7.987.761	106.339.513
no. consumidores	1.511	1.563	1.642	1.799	1.869

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

X. Água e Esgoto

Concessionária Agua: Prefeitura Municipal (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)
Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

XI. Serviços

Hotéis: (2000)

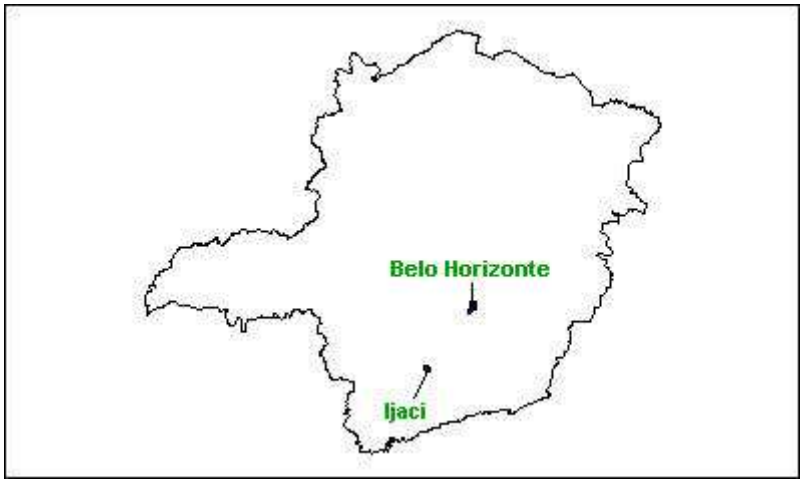
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH

Instituições Financeiras: (2003)
BANCO BEMGE S.A.
Fonte: Banco Central do Brasil

XII. Distrito Industrial (2001)

O municipio possui Distrito Industrial em operacao, administrado pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais CDI/MG.
Fonte: Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI-MG

XIII. Mapa



Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XIV. História

HISTORIA: Alto Rio Grande é a região onde fica o município, nome que, em Tupi, quer dizer rio da lua. Milho, feijão, arroz, café e cana-de-açúcar são suas maiores colheitas, mas a economia municipal vem ganhando peso, principalmente sua argila de ótima qualidade. O povoado existe desde a primeira metade do séc. XVIII, quando começou a colonização dos sertões das Lavras do Funil, em pleno vale do rio Grande e de seus afluentes de porte como o Capivari e das Mortes. O rio Grande foi uma importante via de acesso para as bandeiras e expedições que penetravam as Gerais, a partir do noroeste paulista. O povoado de Conçeicão do Rio Grande foi elevado a distrito em 1923, e teve sua denominação mudada para Ijaci, que significa Mãe dos Frutos, a lua. Em 1962, desmembrado de Lavras, passou a município. A cidade atrai visitantes para as praias de areia fina das confluências dos rios Capivari e das Mortes com o rio Grande e, também, para as exibições de congado e outras festas religiosas.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999

Anexo B: Informações sobre o município de INGAÍ

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS

Área: 306,39 Km2

Altitude:

máxima: 1321 m
local: Serra da Fortaleza
mínima: 870 m
local: Foz do Rio Ingai
ponto central da cidade: 940 m

Temperatura:

média anual: 19,4 C
média máxima anual: 26,1 C
média mínima anual: 14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm

Relevo:

topografia	%
Plano:	3
Ondulado:	20
Montanhoso:	77

Principais rios:

RIO INGAI
RIO CAPIVARI

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal de 2000-2003 (Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	228.600	23.497	252.097
2001	301.312	43.953	345.265
2002	297.044	35.808	332.852
2003	295.507	29.695	325.202

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente (1970,1980,1991,2000,2003)

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	706	1.885	2.591
1980	1.146	1.500	2.646
1991	1.223	1.175	2.398
2000	1.466	1.026	2.492
2003(1)			2.524

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	763
Industrial	85
Comércio de Mercadorias	59
Serviços	237
TOTAL	1.144

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

Belo Horizonte: 262
Rio de Janeiro: 430
São Paulo: 410
Brasília: 980
Vitória: 705

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-381, BR-265

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

LAVRAS
CARMO DA CACHOEIRA
LUMINARIAS
ITUTINGA
ITUMIRIM

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Ferrovia Centro Atlântica - FCA
Estrada de Ferro Vitória Minas
Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica

V. Atividades Econômicas

Principais Empresas Industriais Classificadas Segundo o Número de Empregados (2000)

- FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E BEBIDAS:
LATICINIOS PJ LTDA

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE - CEMPRE
OBS: Inclui apenas empresas com 10 ou mais empregos

Agropecuária

Principais Produtos Agrícolas - 2003

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Amendoim (em casca)	1	1	1.000,00
Arroz em casca sequeiro	150	240	1.600,00
Banana (2)	2	10	5.000,00
Cana-de-acucar	15	1.050	70.000,00
Cafe	340	245	720,59
Feijao (1a.safra)	160	102	637,50
Feijao (2a.safra)	150	126	840,00
Laranja (1)	11	132	12.000,00
Mandioca	6	108	18.000,00
Milho	2.700	12.150	4.500,00

Fonte:Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1)Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha
(2)Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Pecuária - Principais Efetivos - 2002

ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
ASININOS	10
BOVINOS	12.900
EQUINOS	820
GALINACEOS	7.750
MUARES	120
SUINOS	825

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VI. Reservas Minerais

QUARTZITO

Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

VII. Ensino

1o. GRAU

2º. GRAU

Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)

CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)

Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VIII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR

Emissoras de Rádio: 0 (2001)

Jornais: 0 (2000)

Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

IX. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO - 1999-2003

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	28.957	31.243	19.571	20.121	16.237
no. consumidores	8	8	9	10	9
Comercial					
consumo (KWh)	57.360	58.973	60.839	65.485	66.062
no. consumidores	27	25	31	31	32
Residencial					
consumo (KWh)	450.638	448.898	411.725	391.348	409.039
no. consumidores	443	453	463	476	484
Rural					
consumo (KWh)	1.158.763	1.260.099	1.147.531	1.387.877	1.625.189
no. consumidores	204	216	223	276	316
Outros					
consumo (KWh)	371.510	319.142	279.067	272.371	234.014
no. consumidores	19	20	18	21	22
Total					
consumo (KWh)	2.067.228	2.118.355	1.918.733	2.137.202	2.350.541
no. consumidores	701	722	744	814	863

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

X. Água e Esgoto

Concessionária Agua: COPASA (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)

Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

XI. Mapa

Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XII. História

HISTORIA: Em meados do séc. XVIII, Ingaí já era um povoado, surgido na rota das bandeiras paulistas que desbravavam Minas Gerais. A tradição registra que, em 1890, ocorreu uma desavença entre os habitantes do povoado de Arraial da Ponte. Alguns moradores, dentre eles o capitão Francisco Pinto de Souza, resolveram iniciar outro povoado, no lugar conhecido por Aliança. Tal lugarejo foi crescendo e passou a chamar-se Pinheirinhos. Em 1943, já com o nome de Ingaí, integra o novo município de Itumirim. Ingaí, na língua indígena, significa árvore do ingá, a ingazeira. Em l962, ocorre sua emancipação. Nesse município encontram-se as serras de Bocaina e Negra, atraindo turistas que se maravilham com a beleza natural da região. Constituem atração turística festas religiosas, como a de São Sebastião, em janeiro, a de São João Batista, em junho, e o Festival de Música Sertaneja, também em junho.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999

Anexo C: Informações sobre o município de ITUMIRIM

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS

Área: 234,11 Km2

Altitude:

máxima: 1199 m
local: Serra da Estancia
mínima: 812 m
local: Foz Rio Capivari
ponto central da cidade: 870,56 m

Temperatura:

média anual: 19,4 C
média máxima anual: 26,1 C
média mínima anual: 14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm

Relevo:

topografia	%
Plano:	10
Ondulado:	40
Montanhoso:	50

Principais rios:

RIBEIRAO DA MANDINGA
RIO CAPIVARI

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal de 2000-2003 (Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	109.913	150.461	260.374
2001	88.220	166.760	254.980
2002	102.720	203.167	305.887
2003	99.734	170.163	269.897

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente

1970,1980,1991,2000,2003

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	2.129	2.666	4.795
1980	3.178	1.868	5.046
1991	4.133	1.994	6.127
2000	4.696	1.689	6.385
2003(1)			6.472

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	740
Industrial	531
Comércio de Mercadorias	171
Serviços	714
TOTAL	2.156

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

Belo Horizonte: 248
Rio de Janeiro: 415
São Paulo: 395
Brasília: 965
Vitória: 690

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-381, BR-265

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

IBITURUNA
IJACI
LAVRAS
INGAI
ITUTINGA

Ferroviário

Distâncias aos principais centros (Km):

Belo Horizonte:	360
Rio de Janeiro:	408
São Paulo:	537
Brasília:	1.117
Vitória:	1.066

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Ferrovia Centro Atlântica - FCA
Estrada de Ferro Vitória Minas
Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica

V. Atividades Econômicas

Principais Empresas Industriais Classificadas Segundo o Número de Empregados (2000)

- FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E BEBIDAS:
GERALDO CLAUDINO REZENDE NETO

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE - CEMPRE
OBS: Inclui apenas empresas com 10 ou mais empregos

Pecuária - Principais Efetivos - 2002

ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
ASININOS	5
BOVINOS	8.050
CAPRINOS	45
COELHOS	90
EQUINOS	615
GALINACEOS	9.350
MUARES	70
SUINOS	1.490

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VI. Ensino

1o. GRAU
2o. GRAU
Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)
CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)

Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR

Emissoras de Rádio: 0 (2001)

Jornais: 0 (2000)

Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

VIII. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO -1999-2003

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	80.521	80.613	235.148	140.210	127.078
no. consumidores	15	14	17	15	13
Comercial					
consumo (KWh)	193.049	196.635	200.960	218.511	225.778
no. consumidores	99	104	117	115	112
Residencial					
consumo (KWh)	1.780.520	1.742.703	1.484.311	1.477.114	1.571.593
no. consumidores	1.513	1.506	1.565	1.608	1.625
Rural					
consumo (KWh)	982.178	938.798	899.017	902.698	966.245
no. consumidores	323	326	356	372	384
Outros					
consumo (KWh)	732.045	652.733	600.818	663.966	722.600
no. consumidores	36	38	39	34	35
Total					
consumo (KWh)	3.768.313	3.611.482	3.420.254	3.402.499	3.613.294
no. consumidores	1.986	1.988	2.094	2.144	2.169

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

IX. Água e Esgoto

Concessionária Agua: COPASA (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)

Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

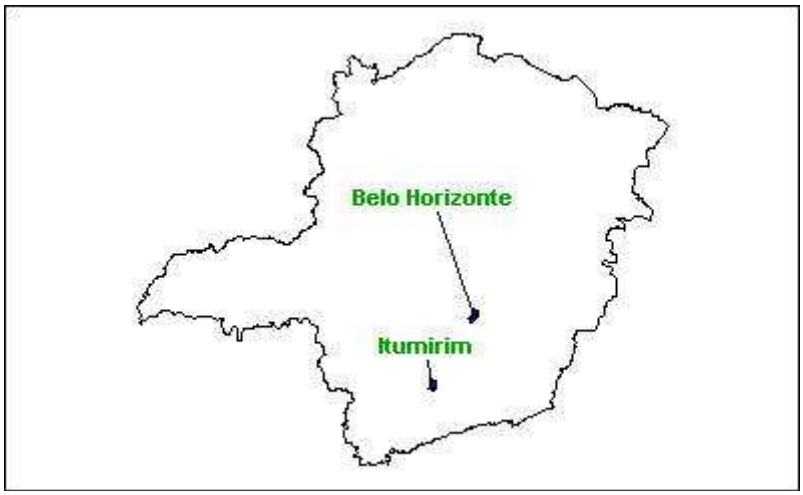
X. Serviços

Instituições Financeiras: (2003)

BANCO BEMGE S.A.

Fonte: Banco Central do Brasil

XI. Mapa



Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XII. História

HISTORIA: Uma história de amor entre dois jovens está na origem do município. O comerciante Gulart Brum apaixonou-se por uma das filhas do bandeirante paulista Amador Bueno, que era contra o namoro. Os jovens, burlando a vigilância de seus pais, fugiram para Campanha e lá se casaram. Apesar das ameaças, Gulart Brum, tempos depois, voltou com sua esposa à fazenda do sogro e essa demonstração de "bravura" transformou a oposição em aliança. Depois do incidente, com a construção de uma capela e novas casas, desenvolveu-se no local a atual cidade de Lavras. Em 1915, o distrito de Rosário teve sua sede transferida para a povoação de Francisco Sales. Em 1923, o distrito passou a denominar-se Coruja e, em 1924, Itumirim. Através de Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1943 foi criado o atual município, desmembrado de Lavras. A região se destaca pela beleza de suas águas. É grande o número de cachoeiras no local, como a das Aranhas, do Paraíso, do Rio e do Engenho, todas elas pertencendo aos afluentes do rio Capivari, famoso pela quantidade de peixes.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999

Anexo D: Informações sobre o município de ITUTINGA

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS

Área: 372,01 Km2

Altitude:

máxima: 1362 m
local: Serra de Carrancas
mínima: 910 m
local: Foz do Rib. do Macuco
ponto central da cidade: 969,72 m

Temperatura:

média anual: 19,4 C
média máxima anual: 26,1 C
média mínima anual: 14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm

Relevo:

topografia	%
Plano:	30
Ondulado:	40
Montanhoso:	30

Principais rios:

RIO GRANDE
RIO CAPIVARI
REPRESA DE ITUTINGA

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal de 2000-2003 (Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	22.861	103.315	126.176
2001	29.675	121.673	151.348
2002	38.105	123.104	161.209
2003	37.396	119.267	156.663

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente
1970,1980,1991,2000,2003

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	1.900	2.639	4.539
1980	1.995	1.938	3.933
1991	2.486	1.819	4.305
2000	2.739	1.419	4.158
2003(1)			4.089

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	681
Industrial	308
Comércio de Mercadorias	81
Serviços	434
TOTAL	1.504

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

Belo Horizonte: 264
Rio de Janeiro: 400
São Paulo: 415
Brasília: 985
Vitória: 670

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-040, BR-383, BR-265

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

IBITURUNA
ITUMIRIM
INGAI
LUMINARIAS
CARRANCAS
NAZARENO

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Ferrovia Centro Atlântica - FCA
Estrada de Ferro Vitória Minas
Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica

V. Atividades Econômicas

Agropecuária

Principais Produtos Agrícolas - 2003

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz em casca sequeiro	200	360	1.800,00
Banana (2)	20	100	5.000,00
Cana-de-acucar	30	2.100	70.000,00
Cafe	113	136	1.203,54
Feijao (1a.safra)	300	126	420,00
Feijao (2a.safra)	300	72	240,00
Laranja (1)	20	229	11.450,00
Mandioca	30	540	18.000,00
Milho	2.500	11.250	4.500,00

Fonte:Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1)Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha
(2)Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Pecuária - Principais Efetivos - 2002

ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
ASININOS	7
BOVINOS	13.600
BUBALINOS	4
CAPRINOS	40
EQUINOS	670
GALINACEOS	13.900
MUARES	85
OVINOS	20
SUINOS	1.450

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VI. Reservas Minerais

AREIA
QUARTZITO
Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

VII. Ensino

1o. GRAU
2o. GRAU
Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)
CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)

Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VIII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR
Emissoras de Rádio: 0 (2001)
Jornais: 0 (2000)

Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

IX. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO DE 1999-2003

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	436.636	410.017	323.208	263.508	325.006
no. consumidores	10	5	6	8	9
Comercial					
consumo (KWh)	207.538	215.308	227.297	217.201	227.512
no. consumidores	71	76	74	73	78
Residencial					
consumo (KWh)	1.314.406	1.376.204	1.169.071	1.136.659	1.224.733
no. consumidores	1.033	1.071	1.110	1.149	1.157
Rural					
consumo (KWh)	438.277	453.379	431.305	423.816	571.816
no. consumidores	167	171	205	203	214
Outros					
consumo (KWh)	909.635	1.045.364	929.941	1.081.110	1.230.143
no. consumidores	34	33	35	38	39
Total					
consumo (KWh)	3.306.492	3.500.272	3.080.822	3.122.294	3.579.210
no. consumidores	1.315	1.356	1.430	1.471	1.497

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

X. Água e Esgoto

Concessionária Agua: Prefeitura Municipal (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)

Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

XI. Serviços

Hotéis: 1 (2000)

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH

XII. Mapa

Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XIII. História

HISTORIA: O desbravamento da região, feito em 1760 por bandeirantes paulistas procedentes de Taubaté e em busca do ouro, marca o início de um povoamento que deu origem ao Arraial de Santo Antônio da Ponte Nova - nome que se deve à construção de uma ponte de madeira sobre o rio Grande. A primeira edificação de que se tem notícia no local foi uma capela, erguida em 1794. Em 1924, o arraial tem seu nome mudado para Itutinga, e a 12 de dezembro de 1953 é elevado à condição de município. Como atrações turísticas, a região oferece passeios à cachoeira do Raulino e à praia artificial, situada às margens do rio Grande.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999

Anexo E: Informações sobre o município de LUMINÁRIAS

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS

Área: 499,68 Km2

Altitude:

máxima: 1407 m
local: Serra de Santo Inacio
mínima: 998 m
local: Foz Corr. do Patrimonio
ponto central da cidade: 940 m

Temperatura:

média anual: 19,4 C
média máxima anual: 26,1 C
média mínima anual: 14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm

Relevo:

topografia %
Plano: 5
Ondulado: 15
Montanhoso: 80

Principais rios:

RIO INGAI
RIBEIRAO DA CACHOEIRA

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal 2000-2003(Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	170.101	125.862	295.963
2001	157.151	135.493	292.644
2002	185.600	160.192	345.792
2003	161.873	157.755	319.628

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente
1970,1980,1991,2000,2003

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	1.549	3.954	5.503
1980	2.201	3.162	5.363
1991	3.104	2.089	5.193
2000	3.733	1.568	5.301
2003(1)			5.571

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	1.099
Industrial	713
Comércio de Mercadorias	233
Serviços	467
TOTAL	2.512

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

Belo Horizonte: 288
Rio de Janeiro: 425
São Paulo: 380
Brasília: 1.045
Vitória: 700

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-381, MG-167

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

INGAI
CARMO DA CACHOEIRA
SAO BENTO ABADE
SAO TOME DAS LETRAS
CRUZILIA
CARRANCAS
ITUTINGA

V. Atividades Econômicas

Principais Empresas Industriais Classificadas Segundo o Número de Empregados (2000)

- EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS:
NAGELA APARECIDA MURAD LEITE FERREIRA , MINERACAO BAEPENDI LTDA , MINERACAO E COMERCIO BARAUNAS LTDA , CLECE RIBEIRO DINIZ

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE – CEMPRE (OBS: Inclui apenas empresas com 10 ou mais empregos)

Agropecuária

Principais Produtos Agrícolas - 2003

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz em casca sequeiro	150	240	1.600,00
Banana (2)	2	20	10.000,00
Batata-inglesa (1a.safra)	80	2.000	25.000,00
Batata-inglesa (2a.safra)	80	2.000	25.000,00
Batata-inglesa (3a.safra)	80	2.000	25.000,00
Cana-de-acucar	10	800	80.000,00
Cafe	1.410	1.015	719,86
Feijao (1a.safra)	250	200	800,00
Feijao (2a.safra)	200	120	600,00
Feijao (3a.safra)	100	180	1.800,00
Mandioca	4	72	18.000,00
Milho	2.000	9.200	4.600,00

Fonte:Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1)Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha
(2)Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Pecuária - Principais Efetivos - 2002

ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
ASININOS	5
BOVINOS	13.500
CAPRINOS	30
EQUINOS	865
GALINACEOS	12.000
MUARES	75
OVINOS	25
SUINOS	1.960

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

VI. Reservas Minerais

QUARTZITO

Fonte: Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

VII. Ensino

1o. GRAU

2o. GRAU

Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)

CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)

Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VIII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR

Emissoras de Rádio: 0 (2001)

Jornais: 0 (2000)

Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

IX. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO - 1999-2003

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	84.709	64.034	44.255	46.472	58.954
no. consumidores	24	21	21	20	21
Comercial					
consumo (KWh)	250.470	264.019	270.928	240.415	250.189
no. consumidores	133	135	142	144	138
Residencial					
consumo (KWh)	1.291.209	1.332.578	1.168.148	1.153.700	1.224.622
no. consumidores	1.177	1.220	1.251	1.290	1.312
Rural					
consumo (KWh)	903.262	872.030	816.729	750.844	827.555
no. consumidores	223	232	236	195	198
Outros					
consumo (KWh)	387.008	419.314	296.778	336.568	368.129
no. consumidores	22	23	16	18	18
Total					
consumo (KWh)	2.916.658	2.951.975	2.596.838	2.527.999	2.729.449
no. consumidores	1.579	1.631	1.666	1.667	1.687

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

X. Água e Esgoto

Concessionária Agua: Prefeitura Municipal (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)

Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

XI. Serviços

Hotéis: (2000)

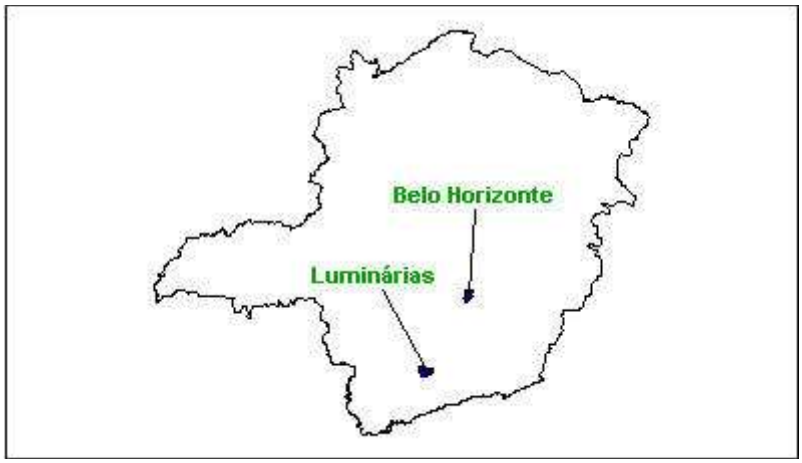
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH

Instituições Financeiras: (2003)

BANCO BEMGE S.A.

Fonte: Banco Central do Brasil

XII. Mapa



Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XIII. História

HISTORIA: Uma serra onde apareciam pontos luminosos, sem causa explicável, deu o nome a esse lugar de clima saudável, de montanha, onde podem ocorrer neves ocasionais. Curiosas pedras, para piso e revestmentos, formam coma pecuária leiteira a produção cafeeira os pontos de apoio da econimia local. Na cultura, a comunidade se preocupa em preservar tradições populares, como a Dança das Fitas e do Vilão, acontecimentos que atrem muitos visitantes. A história do povoado inicia-se em 1798 com a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo das Luminárias, na fazenda de Maria José do Espírito Santo. O povoado que se formou no entorno da capela foi elevado a distrito de Lavras em 1840. Em 1873, foi criada a freguesia, com a denominação de Carmo das Luminárias. Em 1923, o distrito teve a sua denominação reduzida para Luminárias, devido à sua localização, próximo à serra do mesmo nome, assim chamada, segundo versão local, devido à aparição de pontos luminosos no local. Criado o município de Itumirim, em 1943, o distrito de Luminárias passa a integrá-lo, até à sua emancipação, em 1948. Entre suas atrações, destaca-se o Portão de Pedra, formado por rochas naturais, localizado próximo à cidade, e a cachoeira da Fumaça, no local onde estava situada a antiga usina hidrelétrica da cidade, com várias lagoas para a pesca.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999

Anexo F: Informações sobre o município de RIBEIRÃO VERMELHO

I. Caracterização

Localização: SUL DE MINAS

Área: 49,42 Km2

Altitude:

máxima: 908 m
local: Foz Corrego das Bicas
mínima: 786 m
local: Foz do Corrego do Piteiro
ponto central da cidade: 800 m

Temperatura:

média anual: 19,4 C
média máxima anual: 26,1 C
média mínima anual: 14,8 C

Índice médio pluviométrico anual: 1529,7 mm

Relevo:

topografia %
Plano: 5
Ondulado: 75
Montanhoso: 20

Principais rios:

RIBEIRAO VERMELHO
RIO GRANDE

Bacia: BACIA RIO GRANDE

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA
Fundação Instituto Brasileiro de Gografia e Estatística - IBGE

II. Finanças

Arrecadação Municipal 2000-2003 (Reais Correntes)

ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
2000	191.161	95.963	287.124
2001	203.876	124.673	328.549
2002	183.393	129.642	313.035
2003	165.482	131.684	297.166

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

III. População

População Residente
1970,1980,1991,2000,2003

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	3.208	893	4.101
1980	2.994	570	3.564
1991	3.220	394	3.614
2000	3.311	309	3.620
2003(1)			3.623

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1) Dados preliminares

População Ocupada por Setores Econômicos - 2000

SETORES	No. DE PESSOAS
Agropecuário, extração vegetal e pesca	197
Industrial	306
Comércio de Mercadorias	107
Serviços	554
TOTAL	1.164

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IV. Transportes

Rodoviário

Distância aos principais centros (Km):

Belo Horizonte:	218
Rio de Janeiro:	440
São Paulo:	390
Brasília:	935
Vitória:	745

Principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte:

BR-381, BR-265

Principais rodovias que servem ao município:

BR-381, BR-265

Municípios Limítrofes

PERDOES
LAVRAS

Fontes: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
Ferrovia Centro Atlântica - FCA
Estrada de Ferro Vitória Minas
Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo / Ministério da Aeronáutica

VI. Ensino

1o. GRAU
2o. GRAU
Ensino Profissionalizante (e/ou Pós-médio): (2002)
CURSO 2o GRAU (SEM HABILITACAO)

Fontes: Centro de Produção e Adminstração de Informações - CPRO/SEE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC

VII. Comunicações

Telefone: Concessionária: TELEMAR
Emissoras de Rádio: 0 (2001)
Jornais: 0 (2000)

Fontes: Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
Associação Mineira de Rádio e TV - AMIRT
Secretaria de Estado de Comunicação Social

VIII. Energia Elétrica

Concessionária: CEMIG

CONSUMO (1999-2003)

CLASSE	1999	2000	2001	2002	2003
Industrial					
consumo (KWh)	136.033	101.543	89.711	206.239	151.567
no. consumidores	17	16	17	19	18
Comercial					
consumo (KWh)	675.269	1.418.146	1.546.173	1.574.684	1.424.638
no. consumidores	80	85	88	104	101
Residencial					
consumo (KWh)	1.769.398	1.789.161	1.511.030	1.438.099	1.469.806
no. consumidores	987	1.000	1.026	1.045	1.052
Rural					
consumo (KWh)	362.148	371.439	334.761	344.373	353.483
no. consumidores	110	112	121	131	134
Outros					
consumo (KWh)	683.428	687.330	711.649	699.885	780.215
no. consumidores	33	33	34	32	33
Total					
consumo (KWh)	3.626.276	4.367.619	4.193.324	4.263.280	4.179.709
no. consumidores	1.227	1.246	1.286	1.331	1.338

Fonte: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

IX. Água e Esgoto

Concessionária Agua: COPASA (2004)
Concessionária Esgoto: Prefeitura Municipal (2004)
Fontes: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

X. Serviços

Saúde: (2001)

1 hospital(is)
22 leito(s)
Fonte: SUS - Ministério da Saúde

Hotéis: 3 (2000)

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH

Instituições Financeiras: (2003)

BANCO BEMGE S.A.
Fonte: Banco Central do Brasil

XI. Mapa

Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999

XII. História

HISTORIA: É um dos menores municípios do Estado, com apenas 39 km2 de território. A sede tem boa estrutura urbana, a região é montanhosa e o Rio Grande é sua principal bacia hidrográfica. 0 crescimento, tanto populacional quanto econômico, está ligado à implantação da ferrovia na região, pois a Estrada de Ferro Oeste de Minas ali construiu pontes, facilitou e incrementou o comércio e propiciou oportunidades de emprego. A areia é seu principal produto mineral, e a agricultura tem por base o café e o milho. O Centro Literário apóia as iniciativas culturais. O povoado nasceu em 1886, na margem oposta à foz do ribeirão Vermelho com o rio Grande, em terras de Ana Custódia do Nascimento. Ali aportou o negociante Antônio Lúcio, que ajudou a inaugurar o povoado com a

denominação de Porto Alegre. Em 1888, com a construção da estação de ferro Ribeirão Vermelho, o povoado passa a ser conhecido pelo nome atual. Em 1901, cria-se o distrito, elevado à categoria de município em 1948, desmembrando-se de Lavras.

Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999